

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Programa de Integridade	9
5.5 - Alterações significativas	14
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	16

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	17
10.2 - Resultado operacional e financeiro	44
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	48
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	52
10.5 - Políticas contábeis críticas	60
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	68
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	69
10.8 - Plano de Negócios	70
10.9 - Outros fatores com influência relevante	71

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Alpargatas possui uma política de gestão de riscos que foi revisada pelo Comitê de Auditoria e aprovada pelo Conselho de Administração em 19/06/2019, data da entrada em vigor.

### b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

O objetivo da política de gestão de riscos é estabelecer as diretrizes a serem observadas no processo de gestão de Riscos da Alpargatas, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, priorização e tratamento dos Riscos para a perpetuidade dos negócios.

#### (i) Riscos para os quais se busca proteção

- **Riscos Estratégicos:** riscos decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da empresa em proteger-se de eventos negativos ou adaptar-se às mudanças desfavoráveis que possam interromper o alcance de objetivos e a execução da estratégia planejada.
- **Riscos Financeiros:** riscos decorrentes de eventos que podem impactar diretamente a saúde financeira da organização ou de administração financeira deficitária. Desdobram-se em diversas outras vertentes: custo de oportunidade, garantias, disponibilidade de capital, inadimplência, fluxo de caixa, taxa de juros, taxa de câmbio e derivativos.
- **Riscos de Compliance:** riscos decorrentes de sanções legais ou regulatórias, de perda de reputação que a empresa pode sofrer como resultado da falha no cumprimento de leis, acordos, regulamentos, código de conduta ou das políticas.
- **Riscos Operacionais:** riscos decorrentes da inadequação ou falha nos processos internos, pessoas ou de eventos externos, que possam interromper o alcance dos objetivos relacionados à operação do negócio.

#### (ii) Instrumentos utilizados para proteção

Vide medidas adotadas pela Alpargatas no item 5.2 (Política de gerenciamento de riscos), temos também os seguintes instrumentos utilizados para proteção:

- Programa de Gestão de Fornecedores com avaliação financeira e documentação legal, visita técnica para homologação, auditoria de rastreabilidade e follow-up de plano de ação;
- Auditoria Interna independente para aferição da efetividade nos processos administrativos, operacionais e ambientais;
- Áreas de *Compliance* e Canal de Denúncia para garantir a aplicação das diretrizes descritas nos Princípios de Conduta e Ética da Alpargatas;
- Plano Orçamentário Anual com validação do Conselho de Administração e acompanhamento periódico; e

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Apólices de seguros ativas para os principais riscos.

### (iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é de responsabilidade de cada área funcional da empresa bem como da Diretoria, porém há uma estrutura organizacional dedicada para tal fim. Finanças é a área funcional responsável por controles internos, utilizando-se de instrumentos aprovados no Comitê de Finanças, os quais são acompanhados e avaliados anualmente pelas Auditorias Interna e Externa (como descritos no item 5.3 b) com supervisão do Comitê de Auditoria.

### c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

A Companhia não possui uma área exclusiva de Controles Internos, porém as áreas funcionais têm colaboradores e Comitês internos (e.g. Comitê de Credito, *Hedge* e *Funding*, Tributário, etc.) que se responsabilizam pela aplicação e verificação da efetividade das políticas de gerenciamento de risco.

A Auditoria Interna é a área responsável pela avaliação desses controles internos da Companhia e sua estrutura/responsabilidade está descrita em 5.3 (b).

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

### a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

Riscos de mercado são riscos financeiros os quais a Companhia está exposta devido às oscilações de variáveis tais como câmbio, taxas de juros e preço de commodities. Dessa forma, as políticas de gerenciamento de riscos de mercado vigentes e aprovadas pela Companhia são:

- Câmbio: Política de Risco Cambial
- Taxa de juros: Política de Aplicações Financeiras

### b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Política de Risco Cambial tem como objetivo estabelecer diretrizes para o monitoramento do risco cambial e a execução das operações de *hedge*. A Política de Aplicações Financeiras visa garantir o alinhamento das decisões de investimento das disponibilidades com os interesses dos acionistas. Busca manter a liquidez apropriada do caixa; preservar o capital do acionista e controlar a diversificação das aplicações financeiras.

#### (i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os riscos de mercados que as referidas políticas buscam proteção são o cambial, em virtude de contas a receber e de obrigações financeiras de diversas naturezas assumidas pela Companhia em moedas estrangeiras, e o de taxa de juros decorrente, em parte, das aplicações financeiras que são pós-fixadas.

#### (ii) a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

A estratégia de operações de *hedge* está relacionada com o impacto das operações em moeda estrangeira no fluxo de caixa da Companhia. As operações de *hedge* são executadas sobre as exposições descasadas mensais, ou seja, para posições que tenham proteção natural é considerada somente a parcela descoberta. São escolhidos os derivativos dentro dos instrumentos elegíveis que melhor se adaptem às condições de mercado e que mitiguem a exposição ao risco cambial. É tarefa da área de Administração Financeira se certificar de que as operações sejam elaboradas dentro dos parâmetros justos de mercado. Todas as operações realizadas deverão ter cotação de no mínimo três instituições financeiras.

#### (iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*);

Os instrumentos de derivativos elegíveis para implementação das operações de *hedge* são: contratos de *Swap*; contrato a termo (NDF – *non-deliverable forward*) e compras de opções de compra (*call*) e venda de opções de venda (*put*) de moeda sem alavancagem.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de merc****(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

A Companhia segrega as exposições cambiais de fluxo de caixa entre realizadas (certeza) e projetadas e faz hedge de 100% do realizado para os três meses seguidos do mês de apuração das exposições e faz hedge de 70% a 100% das exposições projetadas.

**(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados não têm outro objetivo além de proteção contra o risco cambial.

**(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos**

O gerenciamento de riscos de mercado é de responsabilidade da área Administração Financeira, utilizando-se de instrumentos aprovados no Comitê de Finanças, os quais são acompanhados e avaliados anualmente pelas Auditorias Interna (como descritos no item 5.3 b) com supervisão do Comitê de Auditoria.

Em 06 de outubro de 2017 o Conselho de Administração aprovou a criação do Comitê de Finanças cujos membros estão descritos no item 12.7 e as principais competências de acordo com o seu regimento interno estão descritas no item 12.1.(a).ii.

**c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Companhia não possui uma área exclusiva de Controles Internos, porém a área Administrativo Financeira possui colaboradores e Comitês internos (e.g. Comitê de Credito, Hedge e Aplicações Financeiras) que se responsabilizam pela aplicação e verificação da efetividade das políticas de gerenciamento de risco.

A Auditoria Interna é a área responsável pela avaliação desses controles internos da Companhia e sua estrutura/responsabilidade está descrita em 5.3 (b).

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A empresa passa por um processo periódico de revisão dos principais riscos e da eficiência dos seus controles. As diversas áreas de negócio avaliam os seus processos mais críticos (aplicáveis aos ciclos de receita, desembolsos, compras, produção, dentre vários outros), definem os pontos de controle junto com a Área Financeira e as ações que ajudam a resolver ou mitigar tais riscos.

A Alpargatas utiliza o sistema SAP para uniformização de práticas e registros contábeis automáticos. A rastreabilidade, desde o saldo contábil até a transação original, em nível de documento, proporciona total transparência e confiabilidade dos números gerados pelo sistema.

A Auditoria Interna, com o objetivo de validar a eficiência de tais controles, executa o Programa Anual de trabalho da área. Desenvolvido a partir do mapa de controle, e das demandas das diversas áreas para avaliação dos seus processos mais críticos, o Programa Anual é aprovado pelo Comitê de Auditoria, a quem a Auditoria Interna está subordinada. Ao realizar seu trabalho a equipe de auditores internos verifica se as normas, processos e procedimentos da Companhia, estão sendo corretamente cumpridos, validando, dessa forma, a eficácia e eficiência dos controles internos. Também avalia a segurança dos sistemas de informação em uso, e que processam os dados para a elaboração das demonstrações financeiras. A auditoria de sistemas visa garantir que os controles de gestão de acesso, segregação de funções, armazenamento de informações (backups), interfaces dentre outros, estão adequados.

A Companhia entende que a atuação das áreas funcionais responsáveis, da Administração Financeira e da Auditoria Interna/Externa são suficientes para medir a adequação dos controles, sistemas, normas e procedimentos aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras confiáveis, não sendo necessárias, no momento, alterações nos processos de verificação e avaliação dos controles, bem como dos órgãos envolvidos.

### b) estruturas organizacionais envolvidas

A área Administrativo Financeira e as áreas funcionais possuem colaboradores adequados e Comitês internos que se responsabilizam pela aplicação e verificação da efetividade dos controles internos.

A Auditoria Interna é a área responsável pela avaliação desses controles internos da Companhia, sendo liderada por um Gerente Geral que responde ao Comitê de Auditoria. Os auditores que compõem a equipe têm como principais atribuições, avaliar a eficiência e eficácia dos controles internos com base na avaliação dos processos: (i) operacionais (que englobam as atividades nas fábricas, nas áreas de negócios e nas áreas de suporte); (ii) de Tecnologia da Informação (validação de interfaces e sistemas vigentes, adequação de

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

acessos, segurança da informação); (iii) gerenciamento de riscos estratégicos e operacionais e identificação dos planos de ação; e (iv) gerenciar o canal de denúncias. Pela dimensão de sua responsabilidade, a Auditoria Interna se relaciona com todas as áreas da Alpargatas em todos os países em que há operações.

**c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

Dentro da área Administrativo Financeira, os principais responsáveis por aplicação e efetividade dos controles internos são o Diretor Administrativo Financeiro, o *Controller*, o Gerente de Contabilidade e o Gerente de Tesouraria. Estes possuem colaboradores adequados e Comitês internos que se responsabilizam pela aplicação e verificação da efetividade dos controles internos na periodicidade necessária.

A Contabilidade Corporativa é a área responsável pela preparação e consolidação das demonstrações financeiras. Ela é liderada por uma Gerente de Contabilidade, que se reporta ao *Controller*, e que assina o Balanço da Alpargatas. A interface da Contabilidade também ocorre com um amplo número de áreas da Companhia, no Brasil e no exterior.

A Auditoria Interna juntamente com as áreas responsáveis e a área Administrativo Financeira tem como responsabilidade gerar um relatório que apresenta as recomendações de melhoria dos principais pontos de controle levantados, o plano de ação para melhoria dos pontos de controle, o(s) responsável (eis) pela implementação do plano e o prazo para sua implementação. Terminado o prazo, o grau de eficiência do plano de ação é verificado pela Auditoria Interna por meio de evidências de que as atividades nele descritas foram implementadas. Como são muitos trabalhos em diversas áreas da Empresa são vários os responsáveis pelo cumprimento do plano de ação. Em qualquer caso, a Diretoria da área auditada toma conhecimento dos pontos de controle levantados no relatório de Auditoria Interna e acompanha a sua execução de forma a garantir a sua efetividade. Por solicitação do Presidente do Conselho de Administração, a Auditoria Interna apresenta ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria periodicamente um resumo dos relatórios mais relevantes com a informação dos riscos, do ambiente geral de controle e a possibilidade de perdas. Além do relatório da Auditoria Interna, os auditores independentes emitem um relatório com sua opinião sobre a adequação das demonstrações financeiras anuais preparadas pela Companhia (não há ressalvas nas últimas três demonstrações) e outro relatório contendo as recomendações de melhorias acerca do ambiente de controles internos da companhia destinado a aprimorar os procedimentos contábeis e o sistema de controle interno.

**d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

No Relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos emitido em 25/03/2019, encontra-se a seguinte recomendação para atenção do Conselho de Administração:

"A companhia possui um sistema individualizado para controlar a confirmação das mercadorias vendidas e entregues, esse sistema é denominado PS. Fretes. O sistema PS Fretes tem como objetivo fazer a gestão de toda a logística da Companhia e arquivar a confirmação de entrega das mercadorias vendidas de todas as transportadoras. Durante nossos trabalhos de auditoria, observamos as seguintes deficiências de controle:

O sistema PS Fretes é acessado inicialmente por profissionais das transportadoras para inclusão da ocorrência e entrega. Profissionais da Alpargatas possuem acesso para inclusão e alteração de datas de entrega. Em nossas análises, foi constatado, que apesar de ter sido desenvolvida uma melhoria sistêmica que busca todas as alterações realizadas após a ocorrência de entrega, estas exceções não foram analisadas e aprovadas pela área de logística;

Ausência de análise anual das bases de cut-off, que garante que todas as receitas foram capturadas pelo controle sistemático;

Ausência de uma política formalizada sobre o gerenciamento do sistema PS Fretes.

### **Recomendação da KPMG Auditores Independentes:**

- "i) Implementação de uma rotina de controle detectivo para verificar se houve alterações de datas de entrega, através da utilização do relatório de alterações, com o objetivo de assegurar que as informações estão de acordo com os canhotos assinados pelos clientes.
  - ii) Implementação de um controle/rotina para assegurar a integridade dos dados absorvidos pelo PS Fretes com relação ao faturamento total da Companhia nas análises de cut-off.
  - iii) Implementação de uma política para gerenciamento da área de transportes, e que esta, seja aprovada e revisada pela administração.
- e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Funcionários de Logística precisam ter acesso ao sistema "PS fretes" para efetuar ajustes em eventuais informações indevidas incluídas pelas transportadoras.

Existe um relatório de apontamento destas ocorrências, porém nem sempre é possível efetuar o ajuste no reconhecimento da receita dentro do próprio mês.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Companhia irá estabelecer um procedimento com as transportadoras para que estas informem no prazo de três dias qualquer inclusão indevida no sistema referente às datas de entrega dos produtos.

No fechamento do mês será enviado às transportadoras um relatório com todas as entregas efetuadas naquele mês, para que confirmem as datas. Está em andamento um acordo de nível de serviço estipulando penalidades às transportadoras no descumprimento de regras com relação às informações prestadas.

A Companhia identificou um novo sistema com módulo para gestão de entregas aos clientes e o projeto de implementação está em andamento.

A área responsável pela implementação dos controles para os riscos identificados acima é Logística, e tem previsão para ser implementada no ano de 2019.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:
- i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Após atualização anual da matriz de riscos, a Auditoria Interna inclui na programação de trabalhos, as áreas ou processos mais suscetíveis a fraudes ou que apresentam deficiências nos controles. Este trabalho é preventivo e busca aprimorar os níveis de controle para prevenção de uma possível fraude. Além disso, mensalmente realiza processos / atividades para um monitoramento contínuo. Uma vez que se detecta uma fraude, a Auditoria Interna é responsável pela investigação aprofundada até identificação das causas visando propor recomendações para melhorias. As decisões para as sanções aos executores da fraude são definidas pela Comissão de Ética.

Com relação aos possíveis ilícitos praticados contra a administração pública a Companhia têm implementados:

- Princípios de Conduta e Ética;
  - Canal de Denúncias;
  - Manual Anticorrupção que faz referência a lei 12.846/13; e
  - Política de Relacionamento Com Agentes Públicos que estabelece as principais regras a serem observadas no relacionamento da Alpargatas com Agentes Públicos (i) no exercício das atividades de relações governamentais, e (ii) na contratação de produtos e serviços por órgãos governamentais e empresas integrantes da administração pública direta e indireta, visando garantir a atuação dos administradores (incluindo-se no conceito de administradores os integrantes dos Comitês de Assessoramento da Companhia, estatutários ou não) e empregados de forma ética e transparente, bem como prevenir e combater fraudes. Esta política foi aprovada pelo Conselho de Administração em 07/12/2018.
- ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Conforme previsto na política de Gestão da Ética e Integridade, anualmente é proposto um programa de Integridade que é aprovado pelo Presidente do Conselho de Administração. Após a execução das atividades previstas, o Presidente do Conselho é informado sobre o status e evidências do que foi realizado.

O Comitê de Auditoria recebe denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades.

Cabe ao Comitê de Auditoria, quando for o caso, opinar sobre as medidas cabíveis e necessárias para a apuração dos fatos e informações objeto da denúncia.

As conclusões e recomendações do Comitê de Auditoria decorrentes de denúncias por ele recebidas são obrigatoriamente relatadas pelo Coordenador ao Conselho de Administração sempre que as denúncias envolverem membros da Diretoria.

O Comitê de Ética da Alpargatas é órgão independente, responsável pela Gestão da Ética e Integridade, sendo composto pelos Diretores Presidente, Recursos Humanos, Sandálias, Finanças e Jurídico e pelo Gerente de Auditoria Interna, e a quem incumbe submeter ao Presidente do Conselho de Administração os Projetos do Programa de Gestão da Ética e Integridade, para os quais deverá haver dotação orçamentária específica.

**iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A Companhia possui um Princípios de Conduta e Ética que se aplica a todos os colaboradores da Companhia, conselheiros de administração, conselheiros fiscais e também está disponível no website e intranet da empresa e também no site do canal de denúncias.

A Alpargatas possui um código de ética e conduta nos negócios, que tem como objetivo reafirmar o compromisso de incorporar em seus processos as práticas de gestão responsável baseadas na ética e na transparência.

O fornecedor deve estar ciente que o não atendimento do Código de Ética e Conduta poderá resultar na sua desqualificação para futuras transações com a Alpargatas.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

A empresa possui uma política de Gestão da Ética e Integridade e anualmente estabelece um programa de integridade que é aprovado pelo Presidente do Conselho de Administração. Em 2018 foram revisadas e implementadas as seguintes políticas que foram aprovadas pela Diretoria e Conselho de Administração:

- Relacionamento com Agentes Públicos;
- Recepção e Tratamento Denúncias;
- Brindes e Cortesias;
- Transações com Partes Relacionadas;
- Gestão de Consequências e Medidas Disciplinares;
- Doações;
- Patrocínio.
- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

A Companhia possui uma política de Gestão de Consequências e Medidas Disciplinares que tem como objetivo estabelecer regras e requisitos gerais para a tomada de decisão envolvendo aplicação de medidas disciplinares, e essa aplicação é definida pela Comissão de Ética, de acordo com a gravidade da infração.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A versão atual do Princípios de Conduta e Ética foi aprovada pelo Conselho de Administração em 2012 e atualmente está disponibilizado nos sites da Companhia e do canal de denúncias.

**b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia possui um canal de denúncias terceirizado divulgado no site da Companhia.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

O canal de denúncias é aberto para recebimento das denúncias tanto de empregados como de terceiros, pois está disponibilizado no site da Companhia. Todos os fornecedores e prestadores de serviços para serem cadastrados necessitam assinar a Carta de Ética e Conduta nos Negócios com Fornecedores onde constam todos os detalhes de acesso ao canal de denúncias.

- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

Em cumprimento às boas práticas de governança corporativa, a Alpargatas disponibiliza um canal aos seus administradores, empregados, prestadores de serviço, fornecedores e ao público em geral para denunciar atitudes e atividades antiéticas ou qualquer conduta que viole as diretrizes expostas nos Princípios de Conduta e Ética da Alpargatas e nas políticas internas a este relacionadas. A Política de Recepção e Tratamento de Denúncias tem como objetivo estabelecer diretrizes para a recepção, investigação e tratamento das Denúncias recebidas por meio dos canais disponibilizados pela Alpargatas.

Uma vez recebidas, as Denúncias são analisadas, primeiramente, pelo prestador de serviços que opera o canal de denúncias. Após essa primeira avaliação, as Denúncias são encaminhadas para a área de Auditoria Interna da Companhia (área independente e vinculada diretamente ao Comitê de Auditoria), que conduz as investigações sobre o relato. Por fim, a área de Auditoria Interna, com base no resultado da apuração da Denúncia, poderá encaminhar o caso para a Comissão de Ética, conforme a gravidade da situação, ou as demais Diretorias para que sejam tomadas as providências cabíveis.

- órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Todas as denúncias são apuradas pela área de Auditoria Interna da Companhia. Em 2018 foram recebidas 115 denúncias através dos canais disponibilizados relativas a um possível descumprimento dos Princípios de Ética e Conduta.

- c) Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

Sim, caso ocorram estas situações este trabalho é realizado.

- d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A Companhia possui um Manual Anticorrupção e boas práticas baseado na Lei 12.846/13 que está disponível na Intranet e site da Companhia. Ainda na Intranet há um vídeo que também trata do Manual. A Companhia possui uma Política de Gestão da Ética e Integridade onde há previsão da aprovação de um Programa anual de Gestão da Ética e Integridade pelo Presidente do Conselho de Administração. Desde a implantação da política já foram realizados treinamentos (*e-learning* e *workshop*) para aqueles empregados que podem realizar contatos com órgãos ou agentes públicos. Foi implementado ainda um processo interno na área de Cadastro da empresa que prevê que todos os fornecedores devem assinar um termo de adesão ao Manual Anticorrupção e boas práticas da Alpargatas para serem cadastrados.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Em 2018, não houve mudanças significativas de redução ou aumento na exposição aos principais riscos mencionados no item 4 que tenha levado a Auditoria Interna a alertar a Administração. Alguns riscos foram adicionados ao presente Formulário, uma vez que a Companhia os considera importante na tomada de decisão de investimentos por parte dos investidores. A seguir estão listadas medidas adotadas pela Alpargatas para reduzir a exposição a alguns dos riscos mencionados no item 4.

### **Perda do valor das marcas**

Para mitigar/monitorar o risco relacionado à perda do valor das suas marcas, a Alpargatas investe em estudos de hábitos e atitudes dos consumidores e pesquisas que apontam a predisposição destes a escolher/comprar suas marcas e produtos em relação aos concorrentes, e, ainda, como eles se comportam frente às características da categoria e dos produtos. O plano de ação de monitoramento deste risco é definido a partir do resultado das pesquisas qualitativas realizadas e visa à manutenção da fidelidade do consumidor com a marca tentando sempre aumentar a sua atratividade e com isso as suas vendas. Além disso, atua, por meio das vias legais, na apreensão de produtos falsificados, que podem trazer prejuízo à sua imagem.

### **Indisponibilidade de fornecimento de matérias-primas vitais**

Para minimizar o risco do número reduzido de fornecedores de borracha sintética no Brasil, a Alpargatas tem aumentado a quantidade de fornecedores internacionais, além de buscar otimizar o seu uso no processo. Adicionalmente, a Companhia avalia, desenvolve e testa novas alternativas de fornecimento sistematicamente.

### **Perda de incentivo fiscal**

Trimestralmente a Companhia avalia se está cumprindo as exigências fiscais, trabalhistas, sociais e de proteção e controle do meio ambiente e acompanha todos os projetos em tramitação que tratam da convalidação dos incentivos fiscais.

### **Ocorrência de catástrofe natural ou sinistros**

Para diversos tipos de sinistros, as fábricas possuem seguros contratados que minimizam os riscos a eles relacionados.

### **A seus clientes:**

Uma forma de minimizar o risco de inadimplência é não concentrar as vendas em poucos clientes. Conforme mencionado nenhum cliente da Alpargatas foi responsável, isoladamente, por mais de 10% da receita líquida consolidada em 2018.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

### Questões socioambientais

Para minimizar o risco de multas por destinação indevida de resíduos a Alpargatas utiliza somente empresas transportadoras certificadas, ou seja, que foram aprovadas nas avaliações/auditorias realizadas pela equipe de Segurança, Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - SSMA de cada unidade fabril que verificam, dentre outros, os quesitos de destinação final e transporte dos resíduos, licenças e visitas às empresas que fazem a recepção do resíduo.

### Risco de commodities

Uma forma de mitigar o risco de variação no preço/custo da borracha sintética é via (i) gestão de estoques estratégicos, (ii) negociação de preços, condições de pagamento e prazos diretamente com os fornecedores; (iii) contratos de longo prazo e/ou que envolvam cláusulas de proteção com parte de valores fixos, independentes das flutuações dos preços dos insumos.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não há outras informações relevantes sobre o item 5.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### (a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Alpargatas apresenta sólida situação financeira e patrimonial para implementar seus planos de negócios, pois possui forte e consistente geração de caixa.

Indicadores Financeiros	2018	2017	2016
<u>Índices de Liquidez</u>			
Liquidez corrente	2,1	2,2	2,3
Liquidez geral	1,8	1,7	1,4
Liquidez imediata	0,5	0,6	0,5
<u>Índices de endividamento</u>			
Índice de endividamento	37,9%	41,2%	45,4%
Participação das dívidas de curto prazo no endividamento total	76,8%	70,6%	57,9%
<u>Índices de rentabilidade</u>			
Margem bruta	43,9%	44,1%	44,4%
Margem EBITDA	14,5%	13,1%	14,2%
Margem líquida	8,3%	9,4%	8,8%
Retorno sobre Patrimônio Líquido	13,7%	16,2%	17,9%
Retorno sobre ativo	8,3%	9,2%	9,5%

#### Índices de Liquidez

A Companhia apresenta consistentes índices de liquidez, o que reflete a sua capacidade financeira de liquidar seus compromissos de curto e longo prazo.

- Liquidez corrente: ativo circulante ÷ passivo circulante.
- Liquidez geral: (ativo circulante + realizável a longo prazo) ÷ (passivo circulante + passivo não circulante).
- Liquidez imediata: disponível ÷ passivo circulante.

O índice de liquidez geral aumentou em 2018, principalmente pela constituição de créditos COFINS base de ICMS no montante de R\$ 181 milhões.

O índice de liquidez geral aumentou em 2017, principalmente pela reversão da provisão tributária sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo da COFINS.

Os índices de liquidez corrente e geral aumentaram em 2016, principalmente pela redução no endividamento financeiro de curto prazo.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Índices de endividamento

Índice de endividamento:  $(\text{passivo circulante} + \text{passivo não circulante}) \div \text{ativo}$ , mede a proporção de ativos totais da empresa financiada por terceiros.

A queda de 3 pontos percentuais em 2018 se deu principalmente a pagamentos de empréstimos ocorridos durante 2018.

A queda de 4 pontos percentuais em 2017 se deu principalmente pela reversão da provisão tributária sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo da COFINS.

A queda de 3 pontos percentuais em 2016 se deu principalmente em razão da melhor posição financeira líquida em relação à 2015, com redução dos empréstimos e elevação do caixa e aplicações financeiras.

### Participação das dívidas de curto prazo no endividamento total

Participação das dívidas de curto prazo no endividamento total:  $\text{passivo circulante} / (\text{passivo circulante} + \text{passivo não circulante})$ .

As principais contas do passivo circulante são fornecedores, empréstimos e financiamentos.

O acréscimo de 6 pontos percentuais em 2018 se deu principalmente pelo (i) diminuição da dívida do longo prazo e a (ii) aumento no saldo de fornecedores devido ao aumento de produção para atender a demanda do final de 2018 e início de 2019.

O acréscimo de 12 pontos percentuais em 2017 se deu principalmente pelo (i) aumento da dívida do curto prazo e a (ii) reversão da provisão tributária de LP referente a exclusão do ICMS da base de cálculo da COFINS.

A redução de 13 pontos percentuais em 2016 se deu principalmente pela redução da dívida de curto prazo.

### Índices de rentabilidade

- Margem bruta: lucro bruto  $\div$  receita líquida
- Margem ebitda: ebitda  $\div$  receita líquida
- Margem líquida: lucro líquido  $\div$  receita líquida
- Retorno sobre patrimônio líquido: lucro líquido  $\div$  patrimônio líquido médio (média dos 2 últimos anos)
- Retorno sobre ativo: lucro líquido  $\div$  ativo médio (média dos 2 últimos anos)

Estes índices refletem o desempenho e a capacidade de geração de lucro da Companhia.

## **10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Em 2018 a margem EBITDA foi superior a de 2017 em 1,4 ponto percentual, principalmente pelo reconhecimento de créditos fiscais no valor de R\$ 181 milhões devido a êxito em ação judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo da COFINS no Brasil ocorrida em setembro de 2018.

Em 2017 a margem EBITDA foi inferior a de 2016 em 1,1 pontos percentual, principalmente pela redução das margens brutas dos negócios internacionais de sandálias e da Argentina, e a menor produtividade das despesas operacionais destas operações.

Em 2016 as margens, bruta, EBITDA e líquida se elevaram pelo crescimento na receita gerada no Brasil onde o destaque foi o aumento de 19,6% no faturamento no negócio de Sandálias, decorrente de incremento de volume e preço.

### **(b) estrutura de capital**

R\$ milhões	2018	2017	2016
Empréstimos de curto prazo	(382,3)	(408,9)	(209,9)
Empréstimos de longo prazo	<u>(230,7)</u>	<u>(324,7)</u>	<u>(382,8)</u>
Total de empréstimos	(613,0)	(733,6)	(592,7)
(-) Caixa	540,9	706,3	502,1
(=) Posição financeira líquida	(72,1)	(27,3)	(90,6)
Patrimônio líquido	2.469,8	2.264,4	2.065,7
Participação de capital de terceiros	37,9%	41,1%	41,2%
Participação de capital próprio	62,1%	58,9%	58,8%

Participação de capital de terceiros: passivo circulante + passivo não circulante ÷ ativo total

Participação de capital próprio: patrimônio líquido ÷ passivo total

### **(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

O EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), medida utilizada pela Administração para mensurar o desempenho operacional e a geração de caixa da Alpargatas, acumulou os seguintes valores e margens de 2016 a 2018:

R\$ milhões	2018	2017	2016
EBITDA (das operações continuadas)	564,7	486,2	576,0
Margem EBITDA	14,5%	13,1%	14,2%
Índice de cobertura da despesa financeira (nº vezes)	6	5	4

## **10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

De 2016 a 2018, o EBITDA apresentou índices de cobertura para despesa financeira entre 4 e 6 vezes. Considerando o nível de endividamento de curto prazo, e a forte geração de caixa, entendemos que a capacidade de pagamento dos compromissos financeiros da Companhia é altamente satisfatória.

### **(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Em 2016 as principais fontes de financiamento para o capital de giro no Brasil foram: a geração operacional de caixa; a linha do BNDES-EXIM Pré Embarque no valor de R\$ 180 milhões captados com o Banco Santander (R\$ 72 MM) e Safra (R\$ 108 MM); Liberação de mais R\$ 31 milhões referentes ao FINEM-Pro Design, captado junto ao banco Itaú; Para financiar os investimentos em imobilizado (novo centro de distribuição de Campina Grande - PB) foi utilizada a linha do BNB, no valor de R\$ 32 milhões. Em relação às empresas offshore as linhas existentes foram renovadas e outras reduzidas por conta de operações *intercompany*, principalmente nos EUA.

Em 2017 as principais fontes de financiamento para o capital de giro no Brasil foram: a geração operacional de caixa; a emissão de debêntures no valor de R\$ 250 milhões, não conversíveis em ações, da espécie quirografária. Em relação às empresas offshore as linhas existentes foram renovadas e houve, também, um acréscimo de aproximadamente R\$ 26 milhões com relação a subsidiária nos EUA.

Em 2018 a geração de caixa operacional foi a principal fonte de capital de giro da Companhia. Quanto às subsidiárias, houve acréscimo de R\$ 54 milhões na Argentina principalmente em função de uma captação adicional de ARS 460 milhões por prazo de 1 ano e também um acréscimo de aproximadamente R\$ 13 milhões na subsidiária dos EUA. Para as demais, as linhas de crédito que venciam no ano em questão foram renovadas ou substituídas por linhas mais atrativas.

### **(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez**

Não há previsão de utilização de outras fontes de financiamento por deficiência de liquidez.

### **(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

Em 31 de dezembro de 2018, o endividamento apresentava a seguinte composição:

Empréstimos	Moeda	Indexador e taxa média anual de juros	Consolidado 31/12/18 (R\$ milhões)

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

<b>EM REAIS</b>			
FNE (BNB)	R\$	2,98%	74,7
FINAME	R\$	3,38%	26,5
FINEM	R\$	50% TJLP + 50% Selic + 2,35%	20,9
Debêntures	R\$	104,2% CDI	250,6
Risco Sacado	R\$	CDI + 3,15%	18,2
<b>TOTAL EM REAIS</b>			<b>390,9</b>
<b>EM MOEDA ESTRANGEIRA</b>			
Captação 4131*	US\$	3,52%	33,8
Working capital Terras de Aventura	US\$	Libor 6M + 1,20%	19,1
Working capital EUA	US\$	Libor 6M + 1,30%	95,3
Arrendamento Mercantil Financeiro - ASAIC	AR\$	23,88%	0,1
Working capital ASAIC	AR\$	36,0%	49,0
Descubiertos ASAIC	AR\$	64,38%	24,8
<b>TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA</b>			<b>222,1</b>
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>613,0</b>

(\*) A linha de crédito 4131 possui um swap para CDI, cujo custo é de 105% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2017, o endividamento apresentava a seguinte composição:

Empréstimos	Moeda	Indexador e taxa média anual de juros	Consolidado 31/12/17 (R\$ milhões)
<b>EM REAIS</b>			
FNE (BNB)	R\$	2,98%	93,3
FINAME	R\$	3,44%	34,0
FINEM	R\$	50% Selic + 50% TJLP + 2,30%	41,7
EXIM	R\$	70% TJLP + 30% SELIC + 3,90%	142,2
Debêntures	R\$	104,2% CDI	250,6
Risco Sacado	R\$	CDI + 3,5% aa	21,7
<b>TOTAL EM REAIS</b>			<b>583,4</b>
<b>EM MOEDA ESTRANGEIRA</b>			
Working capital Terras de Aventura	US\$	Libor 6M + 1,5%	16,5
Captação 4131*	US\$	2,72%	30,8
Working capital EUA	US\$	Libor 6M + 1,65%	82,6
Arrendamento Mercantil Financeiro - ASAIC	AR\$	23,88%	0,1
Working capital ASAIC	AR\$	24,4%	20,1
<b>TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA</b>			<b>150,2</b>
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>733,6</b>

(\*) A linha de crédito 4131 possui um swap para CDI, cujo custo é de 116,8% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2016, o endividamento apresentava a seguinte composição:

Empréstimos	Moeda	Indexador e taxa	Consolidado
-------------	-------	------------------	-------------

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

		média anual de juros	31/12/16 (R\$ milhões)
<b>EM REAIS</b>			
FNE (BNB)	R\$	2,98%	144,1
FINAME	R\$	4,77%	41,8
FINEM	R\$	50% Selic + 50% TJLP + 2,30%	57,0
EXIM	R\$	70% TJLP + 30% SELIC + 3,90%	186,3
Risco Sacado	R\$	CDI + 3,5%	25,6
<b>TOTAL EM REAIS</b>			<b>454,8</b>
<b>EM MOEDA ESTRANGEIRA</b>			
Captação 4131	US\$	Libor + 1,78	42,5
Working capital Terras de Aventura	US\$	Libor 6M + 2%	8,1
Working capital EUA	US\$	Libor 6M + 1,75%	56,2
Arrendamento Mercantil Financeiro - ASAIC	AR\$	23,88%	0,3
Working capital ASAIC	AR\$	23,42%	30,8
<b>TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA</b>			<b>137,9</b>
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>592,7</b>

(\*) A linha de crédito 4131 possui um swap para CDI, cujo custo é de 114% do CDI.

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida no valor total de R\$ 613,0 milhões, conforme apurado em 31 de dezembro de 2018:

Empréstimos e Financiamentos R\$ milhões	31/12/18	% s/total
<b>CURTO PRAZO</b>	<b>382,3</b>	<b>62,4%</b>
2019	382,3	62,4%
<b>LONGO PRAZO</b>	<b>230,7</b>	<b>37,6%</b>
2020	128,8	21,0%
2021	24,7	4,0%
2022	74,7	12,2%
2023	1,8	0,3%
2024 +	0,7	0,1%
<b>TOTAL</b>	<b>613,0</b>	<b>100%</b>

Da dívida de curto prazo de R\$ 382,3 milhões, R\$ 160,2 milhões (42%) são em moeda nacional. Os empréstimos de curto prazo em moeda estrangeira no valor de R\$ 222,1 (58%) financiam o capital de giro das subsidiárias no exterior.

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida no valor total de R\$ 733,7 milhões, conforme apurado em 31 de dezembro de 2017:

Empréstimos e Financiamentos	31/12/17	% s/total
------------------------------	----------	-----------

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$ milhões		
<b>CURTO PRAZO</b>	<b>408,9</b>	<b>55,74%</b>
2018	408,9	55,74%
<b>LONGO PRAZO</b>	<b>324,7</b>	<b>44,26%</b>
2019	118,5	16,15%
2020	118,5	16,15%
2021	18,6	2,54%
2022	68,6	9,35%
2023 +	0,5	0,07%
<b>TOTAL</b>	<b>733,6</b>	<b>100,0%</b>

Da dívida de curto prazo de R\$ 408,9 milhões, R\$ 258,7 milhões (63%) são em moeda nacional. Os empréstimos de curto prazo em moeda estrangeira no valor de R\$ 150,2 milhões (37%) financiam o capital de giro das subsidiárias no exterior.

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida no valor total de R\$ 592,7 milhões, conforme apurado em 31 de dezembro de 2016:

Empréstimos e Financiamentos R\$ milhões	31/12/16	% s/total
<b>CURTO PRAZO</b>	<b>209,9</b>	<b>35,4%</b>
2017	209,9	35,4%
<b>LONGO PRAZO</b>	<b>382,8</b>	<b>64,6%</b>
2018	232,8	39,3%
2019	51,6	8,7%
2020	35,5	6,0%
2021	30,2	5,1%
2022 +	32,7	5,5%
<b>TOTAL</b>	<b>592,7</b>	<b>100,0%</b>

Da dívida de curto prazo de R\$ 209,9 milhões, R\$ 137,8 milhões (66%) são em moeda nacional. Os empréstimos de curto prazo em moeda estrangeira no valor de R\$ 72,1 milhões (34%) financiam o capital de giro das subsidiárias no exterior.

### (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

#### Debêntures

Em dezembro de 2017, a Alpargatas S.A. captou um montante total de 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) por meio de sua 1ª emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

quirografária, em três séries, totalizando 250.000 (duzentas e cinquenta mil) Debêntures de 1.000,00 (mil reais) cada, sendo emitidas: 100.000 Debêntures de 1.000,00 (mil reais) na Primeira Série totalizando um montante de 100.000.000,00 (cem milhões de reais); 100.000 Debêntures de 1.000,00 (mil reais) na Segunda Série totalizando um montante de 100.000.000,00 (cem milhões de reais) e 50.000 Debêntures de 1.000,00 (mil reais) na Terceira Série totalizando um montante de 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

As Debêntures da Primeira Série vencerão em 15 de dezembro de 2019 e incidirão, sobre as mesmas, juros correspondentes de 103,5% do CDI que serão pagos semestralmente todo dia 15 dos meses de junho e dezembro e a última na data de vencimento da Primeira Série; as Debêntures da Segunda Série vencerão em 15 de dezembro de 2020 e incidirão, sobre as mesmas, juros correspondentes de 104,0% do CDI que serão pagos semestralmente todo dia 15 dos meses de junho e dezembro e a última na data de vencimento da Segunda Série; as Debêntures da Terceira Série vencerão em 15 de dezembro de 2022 e incidirão, sobre as mesmas, juros correspondentes de 106,0% do CDI que serão pagos semestralmente todo dia 15 dos meses de junho e dezembro e a última na data de vencimento da Terceira Série.

### FNE – Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

Em 26 de dezembro de 2012 e 3 de maio de 2013, a Alpargatas assinou um contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil – BNB no limite de R\$ 148,5 milhões, destinado a apoiar a construção da fábrica de Havaianas em Montes Claros – MG. As liberações das parcelas são vinculadas ao cronograma de investimentos e iniciaram a partir de fevereiro de 2013. A amortização é feita em 96 parcelas mensais, sendo a primeira em 26 de janeiro de 2015 e a última em 26 de dezembro de 2022. Este financiamento é garantido por fiança emitida pelo Banco Santander com cobertura de 100% (principal e encargos) a um custo anual de 1,1% sobre o valor da dívida contratada.

Em 28 de dezembro de 2015 a Alpargatas assinou novo contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil – BNB no valor de R\$ 38,3 milhões, destinados a apoiar a construção do Centro de Distribuições, localizado em Campina Grande – PB. As liberações das parcelas são vinculadas ao cronograma de investimentos e iniciaram a partir de novembro de 2016. A amortização seria em 72 parcelas mensais, sendo a primeira em 28 de janeiro de 2017 e a última em 28 de dezembro de 2022. Este financiamento foi liquidado antecipadamente pela Companhia em dezembro de 2017.

### FINAME

Os financiamentos referentes à FINAME, que foram captados pela controladora entre 2010 e 2014, têm como objetivo financiar equipamentos utilizados pela Companhia a fim de melhorar e aumentar a produção

## **10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

(geralmente equipamentos de fábricas). O prazo médio das operações é de 96 meses e estes financiamentos são amortizados mensalmente.

### **FINEM – PRO DESIGN**

Em outubro de 2015 a Alpargatas recebeu o crédito de R\$ 25,4 milhões referente à linha Pro Design (FINEM). Os valores captados nesta modalidade têm por objetivo contribuir e incentivar o desenvolvimento e fortalecimento das marcas e também na criação de produtos. Os contratos foram assinados com o Itaú e com o Santander. O prazo de financiamento é de 60 meses com 18 meses de carência, sendo que as parcelas de principal vencerão a partir de outubro de 2016 até março de 2020. Referente a este mesmo financiamento, a Alpargatas ainda recebeu mais dois créditos de R\$ 17,8 milhões em Outubro de 2016 e R\$ 13,5 milhões em Dezembro de 2016, que seguem o mesmo cronograma de amortizações.

Em setembro de 2018, a Companhia liquidou antecipadamente R\$ 3,8 milhões, referentes ao contrato cujo objetivo era o fortalecimento da marca de artigos esportivos.

### **Capital de Giro (Working Capital)**

As operações das subsidiárias nos Estados Unidos e na Argentina são suportadas por linhas de capital de giro com prazos de até 360 dias. As linhas são negociadas no Brasil com bancos de relacionamento da companhia. Tais linhas têm por objetivo fazer frente às necessidades de caixa imediatas e de curto prazo das subsidiárias. Os empréstimos de capital de giro para as subsidiárias no exterior são em sua maioria suportados por garantias corporativas da Controladora.

### **(ii) outras Relações de Longo Prazo com Instituições Financeiras**

Além das fianças que suportam os financiamentos de longo prazo mencionados anteriormente, a Alpargatas também possui fianças bancárias diversas por tempo determinado e indeterminado que suportam ações judiciais trabalhistas e tributárias e aluguel de imóveis. O quadro abaixo demonstra os valores das fianças bancárias em 31 de dezembro dos respectivos anos:

Modalidade	2018 (R\$ Milhões)	2017 (R\$ Milhões)	2016 (R\$ Milhões)
Trabalhista	1,2	1,2	1,2
Tributária	293,7	256,7	233,4
<b>TOTAL</b>	<b>294,9</b>	<b>257,9</b>	<b>234,6</b>

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### (iii) grau de subordinação entre as dívidas

Subordinação de Dívidas	2018		2017		2016	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b><u>1º. Passivos trabalhistas</u></b>						
Salários e encargos sociais	148,4	-	131,3	-	162,7	-
Provisão para riscos trabalhistas	5,1	10,8	9,4	12,6	13,3	17,0
	<b>153,6</b>	<b>10,8</b>	<b>140,7</b>	<b>12,6</b>	<b>176,0</b>	<b>17,0</b>
<b><u>2º. Passivos com garantia real</u></b>						
Financiamentos	6,2	20,4	6,8	27,2	7,8	33,9
Obrigações renegociadas de controlada	-	-	0,8	3,1	0,9	4,4
	<b>6,2</b>	<b>20,4</b>	<b>7,6</b>	<b>30,3</b>	<b>8,8</b>	<b>38,3</b>
<b><u>3º. Passivos tributários</u></b>						
Impostos e contribuições a pagar	44,7	70,6	32,8	55,9	68,8	67,5
Tributo com exigibilidade suspensa	-	-	-	-	-	198,6
Provisão para riscos tributários	3,1	5,6	-	7,8	-	5,8
	<b>47,8</b>	<b>76,2</b>	<b>32,8</b>	<b>63,7</b>	<b>68,8</b>	<b>271,9</b>
<b><u>4º. Passivos quirografários</u></b>						
Fornecedores	449,1	-	388,1	-	427,3	-
Financiamentos	376,1	210,3	402,1	297,5	202,1	348,8
Obrigações renegociadas de controlada	2,0	7,7	4,1	15,7	5,2	20,2
Provisões e Outras Obrigações	120,5	25,2	135,5	46,3	101,4	25,4
	<b>947,7</b>	<b>243,3</b>	<b>929,8</b>	<b>359,5</b>	<b>736,0</b>	<b>394,4</b>
<b><u>5º. Passivos subordinados</u></b>						
Juros s/capital próprio e dividendos a pagar	4,4	-	5,0	-	4,9	-
<b>Total</b>	<b>1.159,6</b>	<b>350,7</b>	<b>1.115,9</b>	<b>466,1</b>	<b>994,5</b>	<b>721,8</b>

**(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No que se refere à existência de cláusulas restritivas (*covenants* financeiros) em contratos de financiamento celebrados pela Alpargatas S.A. temos a informar que a Alpargatas captou, em dezembro de 2017, R\$ 250 milhões, por meio de sua 1<sup>a</sup> emissão de debêntures. A Escritura dessa emissão conta com uma cláusula financeira restritiva verificada trimestralmente que prevê que não será permitido à Alpargatas S.A. distribuir e/ou pagar dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da lei das Sociedades por Ações caso a Companhia descumprir o índice financeiro: Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,00 vezes. Para fins de definição entende-se por: (i) Dívida Líquida a Dívida financeira da emissora menos as disponibilidades de caixa e equivalentes (ou seja, somatório do caixa e aplicações financeiras) e (ii) “EBITDA” é o lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012.

Além deste *covenant* financeiro, os contratos de dívida da Companhia possuem outras restrições em relação à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário e a mesma encontra-se em situação de conformidade com relação a estas cláusulas.

### (g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

As liberações das tranches relativas aos contratos de financiamento de FNE, FINAME e FINEM são condicionadas à comprovação prévia dos gastos com os projetos em questão. Em dezembro de 2018 a Companhia já havia utilizado 100% das linhas aprovadas para FNE / FINAME e 82,5% para FINEM.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### (h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

#### Demonstração de Resultado

Em R\$ milhões

	12 M			Variação	
	2018	2017	2016	2018/2017	2017/2016
Receita Líquida	3.904,5	3.721,9	4.054,4	4,9%	-8,2%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>1.712,8</b>	<b>1.639,6</b>	<b>1.800,3</b>	<b>4,5%</b>	<b>-8,9%</b>
% Margem Bruta	43,9%	44,1%	44,4%	-0,2 p.p.	-0,3 p.p.
% Despesas com vendas e administrativas	33,9%	32,9%	30,7%	1,0 p.p.	2,2 p.p.
<b>Lucro Operacional (antes do resultado financeiro)</b>	<b>458,1</b>	<b>379,4</b>	<b>472,3</b>	<b>20,7%</b>	<b>-19,7%</b>
Receitas Financeiras	59,2	40,9	63,3		
Despesas Financeiras	(98,5)	(98,0)	(131,1)		
Variação Cambial	(64,7)	(16,5)	(18,6)		
Operações com Derivativos	(7,3)	-	(0,7)		
Ganho/ Perda posição monetária líquida	54,8	-	-		
Imposto Renda / Contribuição Social	(77,6)	46,4	(23,0)		
<b>LUCRO LÍQUIDO OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>	<b>324,0</b>	<b>352,2</b>	<b>362,2</b>	<b>-8,0%</b>	<b>-2,7%</b>
Operações descontinuadas	-	(1,7)	(3,8)		
<b>LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO</b>	<b>324,0</b>	<b>350,6</b>	<b>358,4</b>	<b>-7,6%</b>	<b>-2,2%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>564,7</b>	<b>486,2</b>	<b>576,0</b>	<b>16,1%</b>	<b>-15,6%</b>
Margem EBITDA	14,5%	13,1%	14,2%		

#### Receita líquida:

A receita líquida da Companhia em 2018 foi de R\$ 3,9 bilhões, crescimento de 4,9% em comparação com 2017, em decorrência da expansão na receita das operações no Brasil e em Sandálias Internacional. No Brasil, a elevação de 10,4% deveu-se, principalmente, ao crescimento do negócio Sandálias. Nas operações internacionais de sandálias, houve crescimento de 11,3% na receita líquida (alavancada pela apreciação do dólar e euro frente ao real) apesar do recuo de 9,8% no volume de vendas em 2018. Na Argentina, em reais, a receita líquida caiu 21,1% em 2018, resultado de um mercado comprimido e desvalorização do peso argentino no período. Conforme determina o IAS 29 (*Financial Reporting in Hyperinflationary Economies*), a partir de julho de 2018, a Argentina passou a ser considerada uma economia altamente inflacionária, em função disso, as demonstrações contábeis foram corrigidas por alteração no poder geral de compra da moeda corrente com aplicação de índice.

Em 2017, a receita líquida consolidada de R\$ 3,7 bilhões recuou 8,2% na comparação com a de 2016 em decorrência do decréscimo no faturamento das operações nos mercados interno e externo. No Brasil, a redução de 8,3% deveu-se, principalmente, à queda de 11,0% no faturamento do negócio Sandálias. Nas

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

operações internacionais de sandálias, o crescimento de 5,8% no volume de vendas de sandálias e o aumento dos preços médios em dólar proporcionaram incrementos de 7,8% no faturamento em euro e de 18,7% em dólar na exportação de sandálias. Houve ligeira queda de 1,0% na receita em reais devido à variação cambial. Na Argentina, a variação positiva de 5,6% na receita em pesos ficou abaixo da inflação local. A valorização do real frente ao peso argentino reduziu em 14,0% o faturamento em reais.

Em 2016, a receita líquida consolidada foi de R\$ 4,1 bilhões, aumento de 0,4% na comparação com 2015. O aumento deveu-se principalmente pelo crescimento de 12,1% na receita gerada no Brasil. O destaque foi o aumento de 19,6% no faturamento do negócio Sandálias no país, decorrente do preço maior e dos incrementos de 11,5% e 13,6% no volume de sandálias e no de produtos de extensão de Havaianas, respectivamente.

### **Lucro e margem bruta:**

Em 2018, o lucro bruto consolidado somou R\$ 1,7 bilhão (+4,5%) com margem bruta de 43,9%, praticamente em linha com 2017. A margem bruta do Brasil foi de 44,2%, ou 0,9 ponto percentual menor que a de 2017. Os motivos desse retrocesso foram o aumento do custo da borracha, maior venda de produtos de entrada em Havaianas e efeito negativo do câmbio em Mizuno. Em Sandálias Internacional, a margem bruta em 2018 foi de 66,6%, 1,9 pontos percentuais superior, sendo o efeito positivo do cambio e o *mix* de países, os fatores que explicam essa variação. Na Argentina, a margem bruta de 11,3% recuou 9,0 pontos percentuais, impactada pela variação cambial do período.

Em 2017, O lucro bruto consolidado somou R\$ 1,6 bilhão e a margem bruta consolidada, de 44,1% foi praticamente igual à de 2016. A margem bruta do Brasil foi 45,1%, ou 1,3 ponto percentual maior que a de 2016. Os motivos desta evolução foram os crescimentos das margens brutas de Sandálias e de Mizuno, negócio que se beneficiou da valorização do real frente ao dólar e da nacionalização da produção dos seus calçados. Em Sandálias Internacional, a margem bruta de 64,7% foi 3,6 pontos percentuais inferior, sendo a variação cambial e o *mix* de países e de canais, os fatores que explicam essa variação. Na Argentina, a margem bruta de 20,3% recuou 6,3 pontos percentuais porque o aumento dos custos de produção, devido à perda de eficiência fabril, foi muito superior ao dos preços médios, que sofreram com o acirramento da competição no país.

Em 2016, o lucro bruto consolidado das operações continuadas somou R\$ 1.800,3 milhões, superior em 4,4% em relação a 2015 e a margem bruta, de 44,4% foi 1,7 p.p. superior ao ano anterior. O aumento foi impulsionado pelo aumento na margem bruta em 1,7 p.p. no Brasil.

### **Despesas com vendas e administrativas:**

## **10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Em 2018, as despesas com vendas e administrativas representaram 33,9% da receita líquida, expansão de 1,0 p.p. em relação ao acumulado de 2017, devido em grande parte ao aumento da despesa com fretes e ao estabelecimento das estruturas internacionais e no Brasil em Havaianas.

Em 2017, o percentual de despesa com vendas e administrativas aumentou 2,2 p.p. em relação a 2016. O aumento deve-se, principalmente, a queda na receita líquida de vendas e a menor produtividade das despesas nos negócios internacionais de sandálias e Argentina.

Em 2016, o percentual de despesas com vendas e administrativas reduziu 0,5 p.p. em relação a 2015, principalmente pela redução de gastos com marketing.

### **Lucro operacional:**

Em 2018, o lucro operacional de R\$ 458,1 milhões foi superior ao de 2017 em 20,7%, pelos fatores descritos acima e outros ganhos operacionais, principalmente por créditos tributários.

Em 2017, o lucro operacional das operações continuadas de R\$ 379,4 milhões foi inferior ao de 2016 em 19,7%, principalmente pela queda na receita líquida e demais fatores descritos acima.

Em 2016, o lucro operacional das operações continuadas de R\$ 472,3 milhões foi superior ao de 2015 em 29,3%, principalmente pelos fatores já descritos nos itens acima (vendas líquidas e margem bruta).

### **Receitas financeiras:**

Em 2018, as receitas financeiras somaram R\$ 59,2 milhões, aumento de R\$ 18,3 milhões em relação a 2017, principalmente pela atualização monetária de depósitos judiciais e créditos tributários.

Em 2017, as receitas financeiras somaram R\$ 40,9 milhões, queda de R\$ 22,4 milhões em relação a 2016, principalmente pela queda da taxa de juros (CDI) incidente sobre as aplicações financeiras e menor receita de atualização monetária sobre outros ativos.

Em 2016, as receitas financeiras somaram R\$ 63,3 milhões, aumento de R\$ 7,3 milhões em relação a 2015, principalmente pelo aumento no caixa médio aplicado.

### **Despesas financeiras:**

Em 2018, as despesas financeiras somaram R\$ 98,5 milhões, mantendo o mesmo patamar de 2017.

Em 2017, as despesas financeiras somaram R\$ 98,0 milhões, queda de R\$ 33,1 milhões em relação a 2016, principalmente pela descontinuidade dos encargos financeiros sobre impostos com o ganho na ação da exclusão do ICMS da base de cálculo da COFINS e menor despesa com ajuste a valor presente na compra de matéria-prima.

## **10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Em 2016, as despesas financeiras de R\$ 131,1 milhões foram superiores em R\$ 18,2 milhões em relação a 2015, principalmente pelo aumento no volume de empréstimos a taxas mais elevadas.

### **Variação cambial:**

Em 2018 a despesa com variação cambial foi de R\$ 64,7 milhões. A variação deve-se principalmente pela perda cambial nas operações da Argentina.

Em 2017 a despesa com variação cambial foi de R\$ 16,5 milhões. O resultado deve-se basicamente a perda cambial sobre contas a pagar na operação da Argentina.

Em 2016 a despesa com variação cambial foi R\$ 18,6 milhões. O resultado deve-se, principalmente, a redução na taxa do dólar impactando negativamente o Contas a Receber em moeda estrangeira.

### **Operações com derivativos:**

As operações com derivativos visam proteger o fluxo de caixa futuro da Companhia através da redução da exposição cambial para um horizonte de doze meses futuros. A exposição cambial futura é baseada nas projeções de pagamentos e recebimentos em moeda estrangeira. Estas operações visam proteger os impactos da variação cambial sobre as importações e exportações.

### **Ganhos de hiperinflação sobre posição monetária líquida:**

Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (CPC 42/IAS 29) passou a ser requerida. O CPC 42/IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações da empresa ASAIC na Argentina como se fossem altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identificou a existência de hiperinflação).

O valor de R\$ 54,8 reflete o ganho líquido sobre exposição à inflação dos itens monetários (caixa, contas a pagar e a receber).

### **IR e CSLL:**

Segue abaixo o demonstrativo de cálculo do IR e CSLL de 2016 a 2018 e respectivas taxas efetivas:

R\$ milhões	2018	2017	2016
Lucro líquido antes do I.R. e CSLL e minoritários	401,6	305,8	385,2
<b>SUBTOTAL (a)</b>	<b>401,6</b>	<b>305,8</b>	<b>385,2</b>
Juros s/ capital próprio	(110,6)	(150,3)	(132,6)
Subvenção para investimento	(170,4)	(170,3)	(180,3)
Adição/ (exclusão) por crédito sobre prejuízo fiscal não constituído e equalização de taxas de controladas	190,3	26,2	(12,4)

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Deságio da venda do ativo tributário Argentina	-	(27,6)	-
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(2,1)	0,6	7,6
<b>(=) BASE DE CÁLCULO</b>	<b>308,8</b>	<b>(15,6)</b>	<b>67,5</b>
IR e CSLL (34%)	(105,0)	5,3	(23,0)
Incentivo fiscal	40,7	22,7	-
Ajuste fiscal inflação Argentina	-	18,4	-
Ajuste hiperinflação Argentina – CPC 42/ IAS 29	(13,3)	-	-
<b>TOTAL DE IR/CS (b)</b>	<b>(77,6)</b>	<b>46,4</b>	<b>(23,0)</b>
<b>TAXA EFETIVA (b/a)</b>	<b>19,3%</b>	<b>-15,2%</b>	<b>6,0%</b>

### EBITDA:

	2018	2017	2016
<b>LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>324,0</b>	<b>350,6</b>	<b>358,4</b>
(+) I.R. e contribuição social	77,6	-46,4	23,0
(-) Resultado financeiro	56,5	73,6	87,1
(+) Depreciação e amortização	106,6	106,7	103,7
(+) Resultado financeiro, impostos e depreciações de empresas coligadas	-	-	-
(+) Resultado de operação descontinuada	-	1,7	3,8
<b>EBITDA CONFORME INSTRUÇÃO CVM 527</b>	<b>564,7</b>	<b>486,2</b>	<b>576,0</b>

Em 2018, o EBITDA consolidado somou R\$ 564,7 milhões, valor 16,1% superior ao de 2017, e a margem de 14,5% foi 1,4 ponto percentual maior que a do ano anterior. No Brasil, o EBITDA de R\$ 561,2 milhões subiu 50,5% e a margem, de 21%, foi 5,6 pontos percentuais mais alta. Neste quesito, destaca-se R\$ 181 milhões de êxito em ação judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo da COFINS no Brasil ocorrida em setembro de 2018. Em Sandálias Internacional, O EBITDA de 2018 foi de R\$ 77,6 milhões, queda de 22,1% em relação a 2017 visto que foram realizados investimentos no crescimento internacional ao longo de 2018 que deverão trazer retornos no futuro.

Em 2017, o EBITDA consolidado somou R\$ 486,2 milhões, redução de 15,6% em relação a 2016, e margem de 13,1%, inferior em 1,1 pp em relação a 2016. No Brasil o EBITDA subiu 2% e a margem foi 1,5 ponto percentual mais alta. A redução das margens brutas dos negócios internacionais de Sandálias e da Argentina, e a menor produtividade nas despesas operacionais explicam as quedas nas margens EBITDA destas operações, que caíram, respectivamente, 4,1 pp e 8,7 pp.

Em 2016, o EBITDA consolidado das operações continuadas totalizou R\$ 572,0 milhões (R\$ 563,4 milhões em 2015), com margem de 14,7% (14,0% em 2015). O crescimento de 1,5% em relação a 2015 deve-se especificamente ao crescimento do EBITDA do Brasil de 42,5%.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas:

Balanço Patrimonial (em R\$ milhões)

	ATIVO						Variação 2018/2017	Variação 2017/2016
	2018	AV	2017	AV	2016	AV		
<b>CIRCULANTE</b>								
Caixa e aplicações financeiras	541,0	13,6%	706,4	18,4%	502,1	13,3%	-23,4%	40,7%
Clientes	972,5	24,4%	911,5	23,7%	931,3	24,6%	6,7%	-2,1%
Estoques	730,3	18,3%	698,8	18,2%	652,4	17,3%	4,5%	7,1%
Impostos a recuperar	85,5	2,1%	85,2	2,2%	63,5	1,7%	0,5%	34,2%
Despesas antecipadas	22,7	0,6%	11,3	0,3%	11,7	0,3%	101,7%	-3,6%
Ganhos não realizados com derivativos	1,1	0,0%	0,0	0,0%	0,6	0,0%	100,0%	-100,0%
Outros créditos	36,2	0,9%	26,8	0,7%	34,9	0,9%	34,7%	-23,2%
Ativos de operações descontinuadas	-	0,0%	-	0,0%	65,5	1,7%	-	-100,0%
	<b>2.389,4</b>	<b>60,0%</b>	<b>2.439,9</b>	<b>63,4%</b>	<b>2.262,0</b>	<b>59,8%</b>	<b>-2,1%</b>	<b>7,9%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								
Clientes	3,1	0,1%	-	0,0%	0,0	0,0%	100,0%	-
Impostos a recuperar	200,3	5,0%	16,6	0,4%	19,5	0,5%	1109,1%	-15,2%
I. renda e contrib. social diferidos	98,7	2,5%	106,4	2,8%	76,7	2,0%	-7,3%	38,8%
Dep. compulsórios, fiscais e trab.	44,3	1,1%	16,2	0,4%	22,3	0,6%	173,7%	-27,3%
Outros créditos	18,1	0,5%	50,5	1,3%	30,1	0,8%	-64,1%	67,7%
Investimentos	2,3	0,1%	1,3	0,0%	2,2	0,1%	75,9%	-40,2%
Imobilizado	770,7	19,4%	721,6	18,8%	722,1	19,1%	6,8%	-0,1%
Intangível	453,3	11,4%	493,8	12,8%	647,2	17,1%	-8,2%	-23,7%
	<b>1.590,8</b>	<b>40,0%</b>	<b>1.406,5</b>	<b>36,6%</b>	<b>1.520,0</b>	<b>40,2%</b>	<b>13,1%</b>	<b>-7,5%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>3.980,1</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.846,4</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.782,1</b>	<b>100,0%</b>	<b>3,5%</b>	<b>1,7%</b>

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Balanço Patrimonial (em R\$ milhões)

	P A S S I V O						Variação 2018/2017	Variação 2017/2016
	2018	AV	2017	AV	2016	AV		
<b>CIRCULANTE</b>								
Fornecedores	449,1	11,7%	388,1	10,1%	427,3	11,3%	15,7%	-9,2%
Empréstimos e financiamentos	382,3	9,9%	408,9	10,6%	209,9	5,6%	-6,5%	94,8%
Obrigações negociadas de controlada	2,0	0,1%	4,9	0,1%	6,1	0,2%	-58,2%	-20,4%
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	148,4	3,9%	131,3	3,4%	162,7	4,3%	13,0%	-19,3%
Provisão p/riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20,3	0,5%	9,3	0,2%	13,3	0,4%	116,9%	-30,0%
Obrigações tributárias	44,7	1,2%	32,8	0,9%	68,8	1,8%	36,3%	-52,4%
Juros s/capital próprio /dividendos a pagar	4,4	0,1%	5,0	0,1%	4,9	0,1%	-12,8%	3,1%
Perdas não realizadas com derivativos	5,3	0,1%	0,6	0,0%	1,4	0,0%	800,9%	-57,1%
Provisões e outras obrigações	103,2	2,7%	134,9	3,5%	87,6	2,3%	-23,5%	54,0%
Passivos de operações descontinuadas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	12,5	0,3%	0,0%	-100,0%
	<b>1.159,6</b>	<b>29,1%</b>	<b>1.115,9</b>	<b>29,0%</b>	<b>994,5</b>	<b>26,3%</b>	<b>3,9%</b>	<b>12,2%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								
Empréstimos e financiamentos	230,7	6,0%	324,7	8,4%	382,8	10,1%	-29,0%	-15,2%
Obrigações negociadas de controlada	7,7	0,2%	18,8	0,5%	24,6	0,7%	-58,9%	-23,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	70,6	1,8%	55,9	1,5%	67,5	1,8%	26,3%	-17,2%
Provisão p/riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17,9	0,5%	40,6	1,1%	38,4	1,0%	-55,9%	5,7%
Tributos com exigibilidade suspensa e outros	0,0	0,0%	0,0	0,0%	198,6	5,3%	0,0%	-100,0%
Plano de incentivo de longo prazo	8,6	0,2%	12,5	0,3%	6,5	0,2%	-30,9%	92,6%
Outras obrigações	15,1	0,4%	13,6	0,4%	3,4	0,1%	10,9%	301,1%
	<b>350,7</b>	<b>8,8%</b>	<b>466,1</b>	<b>12,1%</b>	<b>721,8</b>	<b>19,1%</b>	<b>-24,8%</b>	<b>-35,4%</b>

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social realizado	648,5	16,9%	648,5	16,9%	648,5	17,1%	0,0%	0,0%
Reserva de capital	172,8	4,5%	172,8	4,5%	172,8	4,6%	0,0%	0,0%
Ações em tesouraria	(64,2)	-1,7%	(64,2)	-1,7%	(64,2)	-1,7%	0,0%	0,0%
Reservas de lucros	1.700,0	44,2%	1.481,0	38,5%	1.365,2	36,1%	14,8%	8,5%
Ajuste de avaliação patrimonial	(76,2)	-2,0%	(149,1)	-3,9%	(146,2)	-3,9%	-48,9%	2,0%
Dividendo adicional proposto	0,0	0,0%	97,4	2,5%	0,0	0,0%	-100,0%	0,0%
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	<b>2.380,8</b>	<b>59,8%</b>	<b>2.186,4</b>	<b>56,8%</b>	<b>1.976,0</b>	<b>52,2%</b>	<b>8,9%</b>	<b>10,6%</b>
Participação dos acionistas não controladores	89,0	2,2%	78,0	2,0%	89,7	2,4%	14,1%	-13,1%
	<b>2.469,8</b>	<b>62,1%</b>	<b>2.264,4</b>	<b>58,9%</b>	<b>2.065,7</b>	<b>54,6%</b>	<b>9,1%</b>	<b>9,6%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>3.980,1</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.846,4</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.782,1</b>	<b>100,0%</b>	<b>3,5%</b>	<b>1,7%</b>
						0		

### ATIVO CIRCULANTE:

#### Caixa e aplicações financeiras:

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de caixa e aplicações financeiras era de R\$ 541,0 milhões, redução de 23,4% em relação a 2017. A geração operacional totalizou R\$ 258,1 milhões. Os desembolsos mais significativos foram: (i) R\$ 174,7 milhões em amortização líquida de empréstimos (incluindo juros); e (ii) R\$ 206,4 milhões com remuneração aos acionistas.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de caixa e aplicações financeiras era de R\$ 706,4 milhões, aumento de 40,7% em relação a 2016. O aumento deve-se principalmente a captação em dezembro de 2017 de recursos na emissão de debêntures no valor de R\$ 250,0 milhões.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de caixa e aplicações foi de R\$ 502,1 milhões, aumento de 2,9% em relação ao saldo de 2015. A geração operacional totalizou R\$ 288,3 milhões, sendo que o maior impacto positivo no caixa em 12 meses deveu-se ao EBITDA. Os desembolsos mais significativos foram: (i) R\$ 119,6 milhões em amortização líquida de empréstimos (incluindo juros); e (ii) R\$ 131,8 milhões com remuneração aos acionistas.

#### Clientes:

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de clientes era de R\$ 975,5 milhões, 7,0% superior a 2017. O aumento deve-se, principalmente, ao aumento do volume de vendas no mercado interno no mês de dezembro.

## **10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de clientes era de R\$ 911,5 milhões, 2,1% inferior a 2016. A redução deve-se, principalmente, a vendas inferiores ao planejado em dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de clientes era de R\$ 931,3 milhões, 5,4% superior ao mesmo período de 2015. O aumento deve-se, principalmente, pela elevação em 10 dias do prazo médio de recebimento.

### **Estoques:**

Em 31 de dezembro de 2018, os estoques somavam R\$ 730,3 milhões, montante 4,5% superior a 2017. Esta variação deve-se, principalmente, ao reforço dos estoques para atender a demanda do início de 2019.

Em 31 de dezembro de 2017, os estoques somavam R\$ 698,8 milhões, montante 7,1% superior a 2016. Esta variação deve-se, principalmente, a realização de vendas inferior ao planejado em dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2016, os estoques somavam R\$ 652,4 milhões, montante 3,0% superior ao mesmo período de 2015. Esta variação deve-se, principalmente, (i) ao aumento de 17 dias no giro dos estoques e (ii) redução do saldo de estoques na Argentina em decorrência da variação cambial.

### **Ativos de operações descontinuadas:**

Em 2017, a Companhia liquidou todos os ativos e passivos referentes a operação descontinuada da marca Timberland.

Em 2016, a Companhia descontinuou as operações da marca Timberland. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo referente aos ativos desta operação era de R\$ 65,5 milhões.

### **ATIVO NÃO CIRCULANTE:**

#### **Impostos a recuperar:**

A Companhia questiona judicialmente a inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS desde maio de 1993 e na base de cálculo do PIS desde março de 2002.

Em 25 de setembro de 2018 ocorreu o trânsito em julgado da ação judicial que discutiu o período de maio de 1993 a dezembro de 2014 para a COFINS e o montante de R\$ 181,4 milhões foi reconhecido em "Impostos a recuperar" tendo como contra partida "Outras receitas operacionais".

#### **Depósitos compulsórios, fiscais e trabalhistas**

A partir de 2018 a Companhia registro como receita financeira a atualização monetária dos depósitos judiciais no valor de R\$ 23,2 milhões.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Imobilizado:

Segue abaixo a movimentação dos saldos do imobilizado:

<u>Imobilizado</u>	<u>Saldo em 2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Transf.</u>	<u>(-) Depreciações</u>	<u>(-) Baixas</u>	<u>Var. cambial/ Outras mov.</u>	<u>Saldo em 2018</u>
Terrenos	11,7	-	-	-	(0,1)	(0,6)	11,0
Edifícios e construções	280,0	-	8,5	(10,4)	(1,1)	(9,0)	268,1
Máquinas e equipamentos	296,4	-	37,1	(35,7)	(0,9)	(6,5)	290,4
Móveis e utensílios	31,0	-	5,8	(9,3)	(0,8)	3,8	30,6
Veículos	2,5	-	0,0	(0,8)	(0,0)	(0,0)	1,7
Benfeitoria imóveis de terceiros	46,1	-	12,3	(10,8)	(1,1)	1,2	47,8
Projetos em andamento	55,0	66,7	(66,5)	-	-	(4,1)	51,2
Outros imobilizados	10,6	-	-	-	(2,5)	1,9	10,0
Provisão para perdas (Impairment)	(11,8)	-	-	-	-	9,3	(2,5)
Efeito da aplicação da IAS 29 (Hiperinflação)	-	-	-	-	-	62,4	62,4
<b>Total</b>	<b>721,6</b>	<b>66,7</b>	<b>(2,7)</b>	<b>(66,9)</b>	<b>(6,6)</b>	<b>58,5</b>	<b>770,7</b>

<u>Imobilizado</u>	<u>Saldo em 2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Transf. (i)</u>	<u>(-) Depreciações</u>	<u>(-) Baixas</u>	<u>Var. cambial/ Outras mov.</u>	<u>Saldo em 2017</u>
Terrenos	12,3	-	-	-	-	(0,5)	11,7
Edifícios e construções	277,4	0,2	20,4	(10,8)	(1,4)	(5,8)	280,0
Máquinas e equipamentos	287,0	5,2	52,9	(36,4)	(3,3)	(9,1)	296,4
Móveis e utensílios	30,1	4,1	2,6	(7,9)	(0,7)	2,9	31,0
Veículos	3,1	-	0,7	(0,8)	(0,0)	(0,6)	2,5
Benfeitoria imóveis de terceiros	44,3	3,3	5,5	(13,3)	(0,7)	6,9	46,1
Projetos em andamento	61,0	79,3	(85,2)	-	-	(0,1)	55,1
Outros imobilizados	13,4	-	-	-	(0,1)	(2,7)	10,6
Provisão para perdas (Impairment)	(6,6)	-	-	-	-	(5,1)	(11,8)
<b>Total</b>	<b>722,1</b>	<b>92,2</b>	<b>(3,0)</b>	<b>(69,3)</b>	<b>(6,3)</b>	<b>(14,1)</b>	<b>721,6</b>

<u>Imobilizado</u>	<u>Saldo em 2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Depreciações</u>	<u>Baixas</u>	<u>Var. cambial/ Outras mov.</u>	<u>Saldo em 2016</u>
Terrenos	13,2	-	9,4	-	(1,5)	(0,9)	20,1
Edifícios e construções	293,3	0,4	43,3	(11,4)	(0,7)	(12,7)	312,1
Máquinas e equipamentos	282,4	4,0	0,1	(36,5)	(0,4)	(5,4)	244,2
Móveis e utensílios	35,2	2,9	0,3	(7,7)	-	0,1	30,7
Veículos	3,7	0,8	1,2	(3,0)	(1,2)	1,3	2,8
Benfeitoria em imóveis de terceiros	56,2	5,4	(56,8)	(11,4)	(0,0)	(5,9)	(12,4)
Projetos em andamento	45,9	81,3	0,8	-	(9,3)	(9,4)	109,3
Outros imobilizados	23,2	-	0,5	-	-	(1,3)	22,5
Provisão para perdas ("impairment")	(12,2)	-	-	-	-	5,0	(7,2)
<b>Total</b>	<b>740,9</b>	<b>94,8</b>	<b>(1,3)</b>	<b>(70,0)</b>	<b>(13,1)</b>	<b>(29,2)</b>	<b>722,1</b>

### Intangível:

Segue abaixo a movimentação dos saldos do intangível:

<u>Intangível</u>	<u>Saldo em 2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferên- cias</u>	<u>(-) Amortiza- ções</u>	<u>(-) Baixas</u>	<u>Impairment</u>	<u>Var. cambial/ Outras mov.</u>	<u>Saldo em 2018</u>
<b><u>Com vida útil definida:</u></b>								
Marcas, direitos e patentes	0,0	-	-	-	-	-	(0,0)	-
Sistema de gestão empresarial	47,9	-	8,3	(15,3)	(0,0)	5,4	46,3	
Cessão de direitos comerciais	78,7	-	9,9	(11,4)	(0,2)	(4,4)	72,7	
Carteira de Clientes	6,5	-	(0,6)	(2,7)	-	(1,0)	2,1	

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Acordo de não competição	7,7	-	-	(4,0)	-	-	-	3,7
<b><u>Sem vida útil definida:</u></b>								
<b>Marcas, direitos e patentes</b>								
Projetos em andamento	7,4	14,1	(14,9)	-	-	(0,3)	6,2	
Ágio em controladas	201,8	-	-	-	(24,3)	-	177,4	
Efeito da aplicação da IAS 29	-	-	-	-	-	1,0	1,0	
<b>Total</b>	<b>493,8</b>	<b>14,1</b>	<b>2,7</b>	<b>(33,5)</b>	<b>(24,5)</b>	<b>0,7</b>	<b>453,3</b>	

Intangível	Saldo em 2016	Adições	Transferências	(-) Amortizações	(-) Baixas/Impairment	Var. cambial/Outras mov.	Saldo em 2017
<b><u>Com vida útil definida:</u></b>							
Marcas, direitos e patentes	1,9	-	-	(1,5)	-	(0,4)	-
Sistema de gestão empresarial	62,1	2,0	2,1	(18,3)	(0,0)	0,0	47,9
Cessão de direitos comerciais	6,3	1,8	82,9	(11,9)	(0,7)	0,3	78,7
Carteira de Clientes	3,1	5,6	-	(1,8)	-	(0,3)	6,5
Acordo de não competição	11,6	-	-	(4,0)	-	-	7,7
<b><u>Sem vida útil definida:</u></b>							
Marcas, direitos e patentes	143,9	-	-	-	-	-	143,9
Projetos em andamento	5,6	3,9	(2,0)	-	-	-	7,4
Ágio em controladas	327,3	-	-	-	(125,5)	-	201,8
Cessão de direitos comerciais	85,4	-	(80,0)	-	(6,9)	1,4	-
<b>Total</b>	<b>647,2</b>	<b>13,3</b>	<b>3,0</b>	<b>(37,6)</b>	<b>(133,1)</b>	<b>1,0</b>	<b>493,8</b>

Intangível	Saldo em 2015	Adições	Transferências	(-) Amortizações	Baixas	Var. cambial/Outras mov.	Saldo em 2016
<b><u>Com vida útil definida:</u></b>							
Marcas, direitos e patentes	4,7	0,3	0,0	(2,3)	-	(0,8)	1,9
Sistemas de gestão empresarial	79,9	1,4	0,9	(24,5)	(0,2)	4,6	62,1
Cessão de direitos comerciais	6,2	7,8	1,6	(1,4)	(0,3)	(7,6)	6,3

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Carteira de clientes	6,5	-	-	(1,4)	-	(2,0)	3,1
Acordo de não competição	15,6	-	-	(4,0)	-	0,0	11,6
<b><u>Sem vida útil definida:</u></b>							
Marcas, direitos e patentes	143,9	-	-	-	-	-	143,9
Ágio na aquisição de controladas	327,3	-	-	-	-	-	327,3
Projetos em andamento	3,9	4,9	(1,2)	-	-	(2,0)	5,6
Cessão de direitos comerciais	83,4	-	-	-	(0,7)	2,7	85,4
<b>Total</b>	<b>671,4</b>	<b>14,3</b>	<b>1,3</b>	<b>(33,7)</b>	<b>(1,1)</b>	<b>(5,1)</b>	<b>647,2</b>

### PASSIVO CIRCULANTE:

#### Fornecedores:

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo era de R\$ 449,1 milhões, aumento de 15,7% em relação a 2017. O aumento deve-se, principalmente, ao maior volume de compras em função do aumento no volume de produção para atender a demanda do final de 2018 e início de 2019.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo era de R\$ 388,1 milhões, redução de 9,2% em relação a 2016. A redução deve-se, principalmente, ao menor volume de compras em função da redução no volume de vendas.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo era de R\$ 427,3 milhões, redução de 2,4% em relação a 2015. A redução deve-se, principalmente, ao processo de nacionalização da produção de alguns modelos do tênis da marca Mizuno.

#### Empréstimos e financiamentos:

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada abaixo:

Financiamentos - movimentação	2018	2017	2016
Saldo inicial	733,6	592,7	672,6
Captação de empréstimos	434,9	456,5	398,6
Provisão de Juros	57,9	51,8	43,9
Amortização do principal	(543,9)	(304,7)	(454,6)
Amortização de Juros	(65,6)	(55,7)	(42,6)
Variação cambial	(3,9)	(7,0)	(25,2)

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

<i>Saldo final</i>	613,0	733,6	592,7
Passivo circulante	382,3	408,9	209,9
Passivo não circulante	230,7	324,7	382,8

Em 31 de dezembro de 2018, o endividamento financeiro consolidado da Alpargatas somava R\$ 613,0 milhões, com o seguinte perfil:

- R\$ 382,3 milhões (62,4% do total) com vencimento no curto prazo, sendo R\$ 160,2 milhões em moeda nacional. A dívida de curto prazo em moeda estrangeira somava R\$ 222,1 milhões e financiava, principalmente, o capital de giro das subsidiárias no exterior.
- R\$ 230,7 milhões (37,6%) com vencimento no longo prazo, em moeda nacional.

Em 31 de dezembro de 2017, o endividamento financeiro consolidado da Alpargatas somava R\$ 733,6 milhões, com o seguinte perfil:

- R\$ 408,9 milhões (56,0% do total) com vencimento no curto prazo, sendo R\$ 289,6 milhões em moeda nacional. A dívida de curto prazo em moeda estrangeira somava R\$ 119,3 milhões e financiava, principalmente, o capital de giro das subsidiárias no exterior.
- R\$ 324,7 milhões (44,0%) com vencimento no longo prazo, em moeda nacional. Em dezembro de 2017, a Alpargatas captou o montante de R\$ 250,0 milhões por meio da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em três séries da espécie quirografária da primeira emissão. Os recursos obtidos serão utilizados para gestão ordinária dos negócios, conforme previsto no Estatuto Social. A amortização dos recursos será feita integralmente em uma única parcela na data de vencimento de cada série, sendo a primeira em dezembro de 2019, a segunda em dezembro de 2020 e a terceira em dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2016, o endividamento financeiro consolidado da Alpargatas somava R\$ 592,7 milhões, sendo R\$ 455,0 milhões denominados em reais e R\$ 137,7 milhões em moeda estrangeira, com o seguinte perfil:

- R\$ 209,9 milhões (35,0% do total) com vencimento em curto prazo, sendo R\$ 72,3 milhões em moeda nacional. A dívida de curto prazo em moeda estrangeira para financiamento de capital de giro das subsidiárias no exterior somava R\$ 87,0 milhões. A dívida de curto prazo em moeda estrangeira para financiamento de subsidiária no país somava R\$ 50,6 milhões.
- R\$ 382,8 milhões (65,0% do total) com vencimento em longo prazo, sendo R\$ 382,7 milhões em moeda nacional e R\$ 0,1 milhão em moeda estrangeira.

## **10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

### **Obrigações trabalhistas e previdenciárias:**

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo era de R\$ 148,4 milhões, montante 13,0% superior a 2017 devido, principalmente, a aumento na provisão de participação nos lucros.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo era de R\$ 131,3 milhões, montante 19,3% inferior a 2016 devido, principalmente, a redução na provisão de participação nos lucros.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo era de R\$ 162,7 milhões, montante 5,7% inferior ao mesmo período de 2015 devido, principalmente, a redução na provisão de participação nos lucros.

### **Provisões e outras obrigações:**

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo era de R\$ 103,2 milhões, redução de 23,5% com relação a 2017. A redução deve-se, principalmente, a baixa de adiantamento recebido pela venda de um imóvel localizado em Buenos Aires/ARG.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo era de R\$ 134,9 milhões, aumento de 54,0% com relação a 2016. O aumento deve-se, principalmente, a um adiantamento recebido pela venda de um imóvel localizado em Buenos Aires/ARG, cuja transação se concretizou em 2018.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo era de R\$ 87,6 milhões, redução de 28,2% com relação ao mesmo período de 2015. A redução foi, principalmente, em função da baixa da provisão efetuada em 2015 para despesas pela mudança de controle.

### **PASSIVO NÃO CIRCULANTE:**

#### **Empréstimos e financiamentos:**

Vide comentários no passivo circulante.

#### **Tributos com exigibilidade suspensa:**

<b>Tributos com exigibilidade suspensa</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo	-	-	198,6
PIS / COFINS - Zona Franca de Manaus e outros	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>198,6</b>

Durante o ano de 2018 não ocorreram movimentações nessa conta.

## **10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Durante o ano de 2017, houve reversão da provisão tributária sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo da COFINS no valor de R\$ 198,6 milhões. Em março/17, o STF decidiu de forma favorável aos contribuintes de que o ICMS não deveria compor a base de cálculo da COFINS.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo era de R\$ 198,6 milhões, montante 7,2% superior ao mesmo período de 2015. O aumento deve-se a atualização monetária dos valores provisionados.

### **Imposto de renda e contribuição social diferidos:**

Em 2018, o valor de (i) R\$ 50,8 refere-se à constituição do imposto de renda e contribuição social sobre a mais valia apurada na avaliação a valor justo dos ativos e passivos da Osklen, líquidos da constituição do ativo diferido referente prejuízo fiscal e diferenças temporárias. O valor de (ii) R\$ 19,8 refere-se à constituição do imposto de renda sobre os ajustes de hiperinflação (IAS 29) na Alpa Argentina.

Em 2017 e 2016, o saldo refere-se à constituição do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a mais valia apurada na avaliação a valor justo dos ativos e passivos da Osklen, líquidos da constituição do ativo diferido referente prejuízo fiscal e diferenças temporárias.

### **PATRIMÔNIO LÍQUIDO:**

Em 31 de dezembro de 2018, o total do patrimônio líquido (controladora) somava R\$ 2.380,8 milhões, montante 8,9% superior ao de 2017. Os principais itens de mutação foram:

	Acionistas controladores	Acionistas minoritários	Total
<b>Saldo em dez-2017</b>	<b>2.186,4</b>	<b>78,0</b>	<b>2.264,4</b>
Lucro do exercício de 2018	331,4	(7,5)	323,9
Outros resultados abrangentes	73,3	16,0	89,3
Capitalização Índia	-	2,9	2,9
Distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos	(208,0)	-	(208,0)
Outras movimentações	(2,3)	(0,4)	(2,7)
<b>Saldo em dez-2018</b>	<b>2.380,8</b>	<b>89,0</b>	<b>2.469,8</b>

Em 31 de dezembro de 2017, o total do patrimônio líquido (controladora) somava R\$ 2.186,4 milhões, montante 10,6% superior ao de 2016. Os principais itens de mutação foram:

	Acionistas controladores	Acionistas minoritários	Total
<b>Saldo em dez-2016</b>	<b>1.976,0</b>	<b>89,7</b>	<b>2.065,7</b>
Lucro do exercício de 2017	362,3	(11,7)	350,6
Outros resultados abrangentes	(2,4)	-	(2,4)
Distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos	(150,3)	-	(150,3)
Outras movimentações	0,8	-	0,8

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

<b>Saldo em dez-2017</b>	<b>2.186,4</b>	<b>78,0</b>	<b>2.264,4</b>
--------------------------	----------------	-------------	----------------

Em 31 de dezembro de 2016, o total do patrimônio líquido (controladora) somava R\$ 1.976,0 milhões, montante 7,5% superior ao mesmo período de 2015. Os principais itens de mutação foram:

	<b>Acionistas controladores</b>	<b>Acionistas minoritários</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em dez-2015</b>	<b>1.839,5</b>	<b>91,7</b>	<b>1.931,2</b>
Lucro do exercício de 2016	361,6	(3,1)	358,5
Outros resultados abrangentes	(117,1)	1,1	(116,0)
Distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos	(132,6)	-	(132,6)
Aquisição / vendas de ações em tesouraria	23,9	-	23,9
Outras movimentações	0,7	-	0,7
<b>Saldo em dez-2016</b>	<b>1.976,0</b>	<b>89,7</b>	<b>2.065,7</b>

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### (a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

#### (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Alpargatas é composta pelas vendas no mercado interno, em sua maioria para clientes varejistas de calçados e atacadistas, e pelas vendas no mercado externo realizadas pelas operações nos Estados Unidos, na Europa e na Argentina, além das exportações. A Alpargatas goza de subvenções, concedidas pelos governos estaduais onde as principais fábricas estão localizadas, as quais expiram em 2032. O valor dessas subvenções para investimentos, registrado durante o exercício de 2018 foi de R\$217,6 milhões. Em 2017 foi de R\$184,2 milhões e em 2016 a subvenção foi de R\$ 181,7 milhões.

#### (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2018 os principais fatores que impactaram os resultados operacionais foram:

- Receita líquida com aumento de 4,9% na comparação com 2017 em decorrência da expansão na receita das operações no Brasil e em Sandálias Internacional.
- EBITDA superior em 16,1% em relação a 2017, impactado principalmente pelo reconhecimento de créditos tributários no montante de R\$ 181 milhões.

Em 2017 os principais fatores que impactaram os resultados operacionais foram:

- Receita líquida com recuo de 8,2% na comparação com 2016 em decorrência do decréscimo no faturamento das operações nos mercados interno e externo.
- EBITDA inferior em 15,6% em relação a 2016, impactado principalmente pelos negócios internacionais de sandálias e Argentina.
- Em 2016 os principais fatores que impactaram os resultados operacionais foram:
  - O destaque foi o aumento de 19,6% no faturamento do negócio Sandálias no País, decorrente do preço médio maior e dos incrementos de 11,5% e 13,6% no volume de sandálias e no de produtos de extensão de Havaianas, respectivamente, com incremento na margem bruta em 1,7 p.p.
  - EBITDA superior ao de 2015 em 5,8%, com crescimento especificamente no Brasil de 42,5%.
  - O lucro líquido cresceu 25,9% ante 2015. Desconsiderando o valor não recorrente das despesas com mudança de controle, sendo a geração do EBITDA o fator que mais contribuiu para essa evolução no ano.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### (b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita da Alpargatas é impactada diretamente pelo volume de vendas, modificação de preços e lançamento de coleções de produtos.

Em 2018, a receita líquida de vendas apresentou um aumento de 4,9% em relação ao ano de 2017, devido ao:

- Volume de vendas superior em 7,0%;
- Aumento de preço e melhor mix em 2,4%;
- Impacto cambial negativo líquido de 3,5%, em razão da desvalorização do real frente ao dólar e ao euro e da apreciação do real em relação ao peso argentino, moedas que compõem as receitas das operações no mercado externo, e
- Perda por ajuste de hiperinflação na Argentina de 1%.

Em 2017, a receita líquida de vendas apresentou uma queda de 8,2% em relação ao ano de 2016, devido ao:

- Volume de vendas inferior em 13,5%;
- Aumento de preço e melhor mix em 10,7% e;
- Impacto cambial negativo líquido de 5,4%, em razão da desvalorização do real frente ao dólar e ao euro e da apreciação do real em relação ao peso argentino, moedas que compõem as receitas das operações no mercado externo.

Em 2016, a receita líquida de vendas apresentou um aumento de 0,4% em relação ao ano de 2015, devido ao:

- Volume de vendas superior em 4,5%;
- Aumento de preço e melhor mix em 4,6% e;
- Impacto cambial negativo líquido de 8,7%, em razão da desvalorização do real frente ao dólar e ao euro e da apreciação do real em relação ao peso argentino, moedas que compõem as receitas das operações no mercado externo.

### (c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

A inflação tem impacto nos negócios da Alpargatas, uma vez que alguns dos insumos, serviços e despesas operacionais são denominados em reais. O câmbio e commodities também têm parcela significativa no comportamento dos preços, principalmente a borracha sintética, principal insumo para a fabricação de sandálias e também em produtos acabados e itens de vestuário na subsidiária Argentina.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 2018, a Alpargatas sofreu um aumento de 14,9% no custo da borracha.

Em 2017, a Alpargatas sofreu impacto líquido negativo no EBITDA no montante de R\$ 6,8 milhões, gerados por (i) efeito negativo nas aquisições de insumos – borracha e algodão; e (ii) efeito negativo na conversão dos resultados das operações internacionais.

Em 2016, a Alpargatas sofreu impacto líquido negativo de câmbio no resultado do EBITDA no montante de R\$ 62,1 milhões, gerado pelo (i) efeito negativo nas aquisições de insumos - borracha e algodão; (ii) efeito negativo na conversão dos resultados das operações internacionais; e (iii) efeito negativo do hedge operacional.

Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e de 2016, os principais grupos de contas atrelados à moeda estrangeira estão relacionados a seguir:

R\$ mil	2018	2017	2016
<b>Ativo</b>			
Bancos	-	-	4
Recebíveis de exportação	30.392	32.715	747
Contas a receber de clientes	134.896	80.122	103.455
<b>Total do ativo</b>	<b>165.288</b>	<b>112.837</b>	<b>104.206</b>
<b>Passivo</b>			
Fornecedores	50.285	50.756	52.246
Royalties a pagar	5.233	1.197	6.429
Empréstimos	33.756	30.936	42.545
<b>Total do passivo</b>	<b>89.274</b>	<b>82.889</b>	<b>101.220</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>76.014</b>	<b>29.948</b>	<b>2.986</b>
Instrumentos financeiros derivativos	(16.648)	(29.772)	(20.330)
<b>Total da exposição sem controladas no exterior</b>	<b>59.366</b>	<b>(176)</b>	<b>17.344</b>

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, “royalties” e saldos em bancos de recebíveis de exportação em moeda estrangeira.

### Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui importações em dólares de produtos acabados e matérias primas, referentes às unidades

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

de negócio de Artigos Esportivos e Sandálias. Além disso, a Companhia também compra parte de suas matérias-primas nacionais a um valor cujo preço sofre impacto indireto da variação da taxa cambial. Por outro lado, a Companhia possui também exportações de sandálias que, em sua maioria, são vendidas em dólares.

O volume de exportações e recebimentos em moeda estrangeira é superior ao volume de importações e pagamentos em moeda estrangeira. Dessa forma, a Companhia possui uma exposição cambial cuja posição exportadora é maior do que a posição importadora, ou seja, possui um risco de perda se houver queda na taxa de câmbio.

Além disso, a Companhia poderá eventualmente contratar derivativos cambiais contra o risco da flutuação do câmbio sobre dívidas contraídas em moeda estrangeira (por exemplo, Nota de Crédito de Exportação (NCE), Pré Pagamento de Exportação (PPE), entre outras).

Com o objetivo de mitigar este risco e principalmente proteger o seu fluxo de caixa, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a Política de Gestão de Risco Cambial. Esta política estabelece diretrizes para operações de proteção do fluxo de caixa através da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

As operações com derivativos visam proteger o fluxo de caixa futuro da Companhia através da redução da exposição cambial para um horizonte de doze meses futuros. A exposição cambial futura é baseada nas projeções de pagamentos e recebimentos em moeda estrangeira. Estas operações visam proteger os impactos da variação cambial sobre as importações e exportações.

## 10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

### (a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Em 10 de janeiro de 2019 a Companhia efetuou a venda de ativos, incluindo Equipamentos e Propriedade Industrial, relacionados ao seu negócio de botas profissionais vendidas sob a marca Sete Léguas, pelo valor de R\$ 5.097. A Companhia manterá a produção e fornecimento de produtos por um período de até 18 meses.

Como consequência da transação, a Companhia deixará de atuar no segmento de botas profissionais.

### (b) Constituição, aquisição ou alienação de participações societária

#### Venda de participação na Alpargatas Argentina (“ASAIC”)

Em 3 de novembro de 2015, a Companhia, com o objetivo de aumentar o foco em seus negócios mais estratégicos, celebrou com um grupo de investidores liderados pelo Sr. Carlos Roberto Wizard Martins: (a) Contrato de Compra e Venda para alienação de 100% da unidade de negócio abarcando a totalidade das operações relacionadas às marcas Topper no Brasil e Rainha no Brasil e no mundo; (b) Acordo de Compra e Venda para alienação de 20% da unidade de negócio compreendendo a totalidade das operações relacionadas à marca Topper na Argentina e no mundo (exceto Estados Unidos e China), atualmente desenvolvida pela controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina (“ASAIC”); e (c) Acordo de Licenciamento de Uso da marca Topper, por período de até 15 anos, nos Estados Unidos e China.

Os fechamentos das operações foram previstos para datas distintas e sujeitos ao cumprimento de determinadas condições precedentes.

Como previsto na estruturação da transação, em fevereiro de 2016, a Alpargatas segregou a unidade de negócios responsável pelas atividades das marcas Topper e Rainha no Brasil em uma nova companhia, a BRS Comércio e Indústria de Material Esportivo S.A. (BRS), adquirida pelos compradores em 2 de maio de 2016 pelo preço de R\$ 49,836 milhões.

Em 14 de setembro de 2018, a Companhia renegociou as condições da operação de venda da unidade de negócios “Topper” na Argentina e substituiu o acordo de compra e venda celebrado com Sr. Carlos Roberto Wizard Martins e demais investidores em 3 de novembro de 2015. O novo acordo estabeleceu a alienação entre 20,0% e 22,5% do capital social da ASAIC, dependendo da variação de alguns fatores até a data do fechamento, bem como a alienação da participação acionária remanescente, sujeita ao exercício da opção de compra ou da opção de venda, a ser exercida entre 2021 e 2022 previstas no mesmo Acordo.

## 10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Em 4 de dezembro de 2018, a Companhia concluiu a alienação de 21,8% do capital social da ASAIC. Nesta mesma data ocorreu a alienação de 2,18% do capital da Dialog S.A. ("Dialog") pertencentes a controlada Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda. ("Fibrasil").

O preço destas alienações foi de R\$ 100 milhões, com valor de entrada de R\$ 40 milhões pagos pelo comprador em dezembro de 2018. Os R\$ 60 milhões restantes fariam parte do preço remanescente a ser determinado no momento de exercício (ou não) da opção de venda ou de compra.

O preço determinado para o exercício da opção de venda ou de compra para a participação remanescente do capital social da ASAIC seria calculado com a aplicação do múltiplo de 6x sobre o EBITDA da ASAIC no exercício imediatamente anterior ao exercício da opção, estando sujeito a determinados ajustes usuais em transações deste tipo, descontado dos R\$ 40 milhões pagos em dezembro de 2018.

Ainda no contexto dessa operação a Companhia efetuou a compra de 7,82% de participação do capital social da Dialog pertencentes à controlada Fibrasil pelo valor de R\$ 1,5 milhão.

Em 27 de dezembro de 2019, Sr. Carlos Roberto Wizard Martins exerceu antecipadamente, em comum acordo com o a Companhia, a opção de compra da participação acionária restante da ASAIC. A transferência das ações da ASAIC, objeto do exercício da opção de compra, estava sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes inerentes a esse tipo de operação, tais como inexistência de restrições, formalização das garantias, aprovações societárias, entre outras.. O preço da aquisição pela totalidade das ações da ASAIC foi determinado em R\$ 260 milhões, incluso o valor de R\$ 40 milhões pagos anteriormente, podendo o preço de R\$ 220 milhões remanescente ser ajustado de forma positiva ou negativa em até 25%, caso ocorram determinados eventos extraordinários previstos no contrato de compra e venda. O preço será pago à Companhia em 03 (três) parcelas anuais, iguais e consecutivas, corrigidas, sendo a primeira parcela devida no terceiro aniversário da data de fechamento da opção de compra.

Após cumpridas todas as condições precedentes inerentes a este tipo de operação, conforme Fato Relevante publicado pela Companhia em 04 de março de 2020, a transação ora descrita foi concluída, tendo a Alpargatas, portanto, alienado sua participação remanescente na ASAIC, correspondente a 78,2% do capital social da ASAIC ao Sr. Carlos Roberto Wizard Martins. Tal operação será notificada à *Comisión Nacacional de Defensa de la Competencia* – Argentina, nos termos da legislação aplicável.

Informa-se, ainda, que foi celebrado na mesma data um Contrato de Licença de Uso de Marca entre a ASAIC e a Alpargatas, pelo período de 1 ano, para que a ASAIC possa utilizar a marca "Alpargatas" na Argentina e Uruguai.

## 10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

### Alpargatas Colombia SAS

Constituída em 2017 e com início das operações em janeiro de 2018 e sua atividade principal é a comercialização de produtos da marca Havaianas.

### Alpargatas Asia Ltd. (Hong Kong)

Em maio de 2018 teve início das operações e sua atividade principal é a comercialização de produtos da marca Havaianas.

### Joint Venture Alpargatas Índia

Em 11 de dezembro de 2018, a Companhia concluiu as negociações com a *Periwinkle Fashions Private Limited* (“Periwinkle”), para constituição na República da Índia de uma joint venture, a *Alpargatas India Fashions Private Limited* (“Alpargatas India”).

A Alpargatas India desenvolverá o negócio de “Havaianas” e será detida pela Alpargatas e *Shoezone Lifestyle LLP* (“Shoezone”), sociedade controlada da Periwinkle na proporção inicial de 51% e 49%, respectivamente.

### (c) eventos ou operações não usuais

#### Aquisição do controle societário pela Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., Cambuhy Investimentos Ltda. e Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A.

Em 12 de julho de 2017, a Companhia foi comunicada que a J&F Investimentos e a Itaúsa, a Cambuhy e a Brasil Warrant assinaram contrato de compra e venda de ações para aquisição do controle acionário da Alpargatas. Tal operação foi concluída em 20 de setembro de 2017, após aprovação publicada no D.O.U. Despacho do Superintendente Geral do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), no dia 4 de agosto de 2017. A Itaúsa, a Cambuhy e a Cambuhy Alpa (“Compradores”) adquiriram a totalidade das ações de emissão da Alpargatas detidas pela J&F Investimentos S.A., representado por 255.183.112 ações, sendo 207.246.069 ações ordinárias e 47.937.043 ações preferenciais, equivalente a 54,24% do capital social total da Alpargatas, sendo 85,78% do capital social votante e 20,95% do total das ações preferenciais (“Ações Alienadas”).

O preço das Ações Alienadas, após os ajustes em razão do pagamento de juros sobre capital próprio à J&F (conforme deliberado em Reunião de Conselho de Administração, realizada em 4 de agosto de 2017) foi de

## 10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

R\$3.479.907 (três bilhões, quatrocentos e setenta e nove milhões, novecentos e sete mil reais), sendo o preço por ação equivalente a R\$14,17 por ação ordinária e R\$11,32 por ação preferencial.

Nos termos do art. 254-A da Lei das Sociedades por Ações e em razão da aquisição do controle acionário pelos Compradores por meio da aquisição das Ações Alienadas da J&F, os Compradores realizaram, em 23 de março de 2018, o leilão da oferta pública de aquisição de ações da Alpargatas S.A. (OPA), nos termos do edital publicado em 16 de fevereiro de 2018. Não houve interesse de nenhum acionista em aderir à OPA, permanecendo inalterada a participação acionária.

### Licenciamento da marca Timberland

Em 13 de maio de 2016, a Companhia divulgou por meio de fato relevante que, a partir de 1º de janeiro de 2017, não seria mais a representante da marca Timberland no Brasil. Esta decisão estava alinhada com a estratégia da Companhia em relação ao seu posicionamento no mercado de artigos esportivos.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

### (a) mudanças significativas nas práticas contábeis

#### **Novas normas, alterações e interpretações de normas**

##### **CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes**

O Grupo adotou o CPC 47/IFRS 15 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não apresentar informações comparativas de períodos anteriores.

O CPC 47/IFRS 15 introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. O CPC 47/IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e o CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

O CPC 47/IFRS 15 estabeleceu um modelo de cinco etapas para o reconhecimento de receita de contratos com clientes. Esse novo pronunciamento tem como princípio fundamental o reconhecimento da receita quando da transferência de controle dos bens e serviços para o cliente e por um montante que reflete a contraprestação que a entidade espera ter direito a receber em troca da transferência desses bens ou serviços.

Como a transferência de riscos e benefícios geralmente coincide com a transferência de controle dos produtos, o momento do reconhecimento da receita de venda de produtos não foi impactado pela adoção dessa nova norma. Adicionalmente o Grupo vem aprimorando os controles relacionados ao momento de reconhecimento da receita de venda de produtos.

O Grupo possui com determinados clientes contrato de acordo comercial que permite alguns descontos especiais, que eram contabilizados no momento do reconhecimento da receita como “despesas com vendas” e a partir de 2018 estão sendo contabilizados como redutor da receita de vendas.

O Grupo contabilizou como redutor de receita de vendas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$23.248 na controladora e R\$25.855 no consolidado.

##### **CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros**

O Grupo adotou o CPC 48/IFRS 9 com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não apresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros, incluindo perdas de créditos esperadas.

##### **Classificação e mensuração – ativos e passivos financeiros**

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Os novos requisitos de classificação não produziram impactos na contabilização dos ativos e passivos financeiros do Grupo, os impactos decorrentes da reclassificação são os seguintes:

	Ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Totais ativos financeiros	Ao valor justo por meio de resultado – VJR	Custo amortizado	Totais ativos financeiros
<b>Saldo em 31/12/2017 (CPC 38/IAS 39)</b>	<b>565.122</b>	<b>972.540</b>	<b>1.537.662</b>			
Manutenção na categoria de ativo ao valor justo por meio do resultado	(565.122)	-	(565.122)	565.122	-	565.122
Reclassificação de empréstimos e recebíveis para custo amortizado	-	(972.540)	(972.540)	-	972.540	972.540
<b>Saldo em 01/01/2018 (CPC 48/ IFRS 9)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>565.122</b>	<b>972.540</b>	<b>1.537.662</b>

A classificação dos passivos financeiros permanece substancialmente inalterada de forma que continuam sendo mensurados a custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. Para os passivos mensurados a valor justo por meio do resultado o Grupo reconhece a variação do risco de crédito atribuída ao seu risco próprio em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

### Redução ao valor recuperável (impairment) – ativos financeiros e ativos contratuais

O CPC 48/IFRS 9 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

Para o “contas a receber”, o Grupo adotou uma abordagem simplificada e realizou o cálculo da perda esperada tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisão que é baseada em seu histórico de perdas de crédito, ajustada por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

O Grupo reconheceu nos saldos contábeis de ativos financeiros resultantes da adoção da CPC 48/IFRS 9 como lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018.

	Ajuste de adoção inicial IFRS 9
Perdas de crédito esperadas	(6.675)
Impostos diferidos	2.022
<b>Total reconhecido em lucros acumulados no patrimônio líquido</b>	<b>(4.653)</b>

Para outros ativos financeiros, as perdas de crédito esperadas baseiam-se em um período de doze meses, o qual representa uma proporção do período contratual total do instrumento, onde se estima a possibilidade de ocorrência de inadimplência com relação ao ativo financeiro em um período de doze meses da data de apresentação das demonstrações financeiras. No entanto, quando houver um aumento significativo do risco de crédito original, a provisão será baseada nas perdas de crédito esperadas para o período total contratual do ativo.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial e ao estimar a sua perda esperada de crédito, o Grupo considera informações razoáveis e sustentáveis, que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Tais informações incluem análises tanto quantitativas quanto qualitativas, baseadas na experiência histórica da Companhia e na avaliação de crédito existente, a qual inclui informações prospectivas.

A Companhia reavaliará a cada data de apresentação de suas demonstrações financeiras se os ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado devem ser submetidos à *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida em relação a determinado ativo financeiro na ocorrência de um ou mais eventos que impactem negativamente os seus fluxos de caixa futuros estimados.

### Hedge Accounting

O CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros prevê uma abordagem de contabilização de hedge com base na Gestão de Riscos da Administração, fundamentada mais em princípios do que na atual abordagem prevista no CPC 38/IAS 39. Uma das principais alterações da norma está na mensuração da efetividade. O CPC 38/IAS 39 define o percentual para cálculo (80% a 125%), enquanto, a nova norma prevê que a administração deva avaliar as condições e percentuais de efetividade, trazendo uma visão qualitativa ao processo.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

### ***Aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia hiperinflacionária***

Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (CPC 42/IAS 29) passou a ser requerida. O CPC 42/IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações da empresa ASAIC na Argentina como se fossem altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identificou a existência de hiperinflação).

De acordo com o CPC 42/IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

As demonstrações contábeis de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período.

Como consequência do exposto acima, a Companhia aplicou a contabilidade de economia altamente inflacionária para a sua subsidiária na Argentina aplicando as regras da CPC 42/IAS 29 da seguinte forma:

- A norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária foi aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018;
- Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico (por exemplo, ativos imobilizados, ativos intangíveis, estoques, etc.) e o patrimônio líquido da subsidiária na Argentina foram atualizados por um índice de inflação. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 31 de dezembro de 2017 foram reportados no patrimônio líquido em “Outros resultados abrangentes”. Os impactos do poder de compra geral a partir de 1º de janeiro de 2018 foram reportados na demonstração de resultados em uma conta específica para ajuste de hiperinflação, no resultado financeiro (vide nota explicativa 28 – Receitas e despesas financeiras, líquidas). No CPC 42/IAS 29, não existe um índice geral de preços definido, mas é permitida a utilização de julgamento quando a atualização das demonstrações contábeis se torna necessária. Dessa forma, os índices utilizados foram baseados na resolução 539/18 emitida pela Federação Argentina de Conselho de Profissionais de Ciências Econômicas: i) de 1º de janeiro de 2017 em diante o IPC nacional (índice nacional de preço ao consumidor); ii) até 31 de dezembro de 2016 o IPIM (índice interno de preços ao atacado);
- A demonstração de resultado é ajustada no final de cada período de reporte utilizando a variação do índice geral de preços e, posteriormente, convertida à taxa de câmbio de fechamento de cada período (ao invés da taxa média), resultando assim no acumulado do ano os efeitos, nas contas de resultado, tanto do índice de inflação quanto para conversão de moeda;

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- A demonstração de resultados do ano de 2017, do primeiro e do segundo trimestres de 2018 e os respectivos balanços patrimoniais da subsidiária na Argentina não foram reapresentados. Conforme IAS 29 parágrafo 42 (b) quando os montantes forem convertidos para a moeda de economia não hiperinflacionária, os montantes comparativos devem ser aqueles que seriam apresentados como montantes do ano corrente nas demonstrações contábeis do ano anterior, isto é, não ajustados para mudanças subsequentes no nível de preços ou mudanças subsequentes nas taxas de câmbio.

Os impactos nos ativos líquidos da aplicação da norma na controlada ASAIC em 31 de dezembro de 2018 estão demonstrados a seguir:

<b>Ativo</b>	<b>31/12/2018</b>
Estoques	15.524
Imobilizado	124.563
Ajuste do valor recuperável – imobilizado	(62.133)
Intangível	1.021
Outros	316
<b>Total do ativo</b>	<b>79.291</b>

  

<b>Passivo</b>	<b>31/12/2018</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.823
<b>Total do passivo</b>	<b>19.823</b>

  

Ajuste de avaliação patrimonial	67.080
Resultado do exercício	(7.612)
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>59.468</b>

  

<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>79.291</b>
--	---------------

A demonstração de resultado da ASAIC acumulada até 31 de dezembro de 2018 foi corrigida pelo índice de inflação e, posteriormente convertida à taxa de fechamento em dezembro de 0,10270 pesos argentinos por real, em decorrência da aplicação do CPC 42/IAS 29.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a utilização da norma de Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária, de acordo com as regras do IFRS, resultou em um ajuste positivo de R\$54.838 no resultado financeiro referente ao ganho sobre a posição monetária líquida e um impacto negativo de R\$7.612 no lucro líquido.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Adicionalmente, o valor recuperável da unidade geradora de caixa “Têxtil” da ASAIC, estimado com base no valor de venda líquido foi menor que o seu valor contábil após a correção monetária, por isso, uma provisão para redução ao valor recuperável (impairment) foi reconhecida no montante de R\$62.133.

### **CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos**

O Grupo Alpargatas deverá adotar o CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

O Grupo avaliou o potencial impacto da adoção inicial dessa norma sobre as Demonstrações Financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar devido a determinadas premissas ainda sujeitas a refinamentos, dentre elas:

- premissas relacionadas a taxas de descontos que levam em consideração a média de curvas de custos de debêntures obtidas junto à instituições financeiras e avaliações de risco de crédito da Companhia ajustadas aos prazos e valores dos contratos de arrendamento;
- uso de taxa de desconto real (desconto de inflação);
- fluxos de pagamentos dos contratos de arrendamento que foram estimadas líquidos de PIS e COFINS, com base nos valores de créditos que a Companhia espera obter de créditos desses impostos.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

#### **a. Arrendamentos em que o Grupo é um arrendatário**

O Grupo Alpargatas reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das lojas, depósitos, escritórios e outras instalações. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque o Grupo Alpargatas reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

O Grupo Alpargatas anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Não se espera nenhum impacto significativo sobre os arrendamentos financeiros do Grupo Alpargatas.

Com base nas informações atualmente disponíveis, o Grupo Alpargatas estima que reconhecerá obrigações adicionais de arrendamento de aproximadamente R\$ 450 milhões em 1º de janeiro de 2019, e ativo de direito de uso de R\$ 520 milhões, resultante dos efeitos estimados das obrigações de arrendamentos e a reclassificação dos pontos comerciais de aproximadamente R\$ 70 milhões, apresentados atualmente na rubrica de intangíveis para ativos de direito de uso.

### b. Arrendamentos em que o Grupo é um arrendador

O Grupo Alpargatas não possui nenhuma transação de arrendamento como arrendador, por isso não foram identificados efeitos na aplicação da norma.

### c. Transição

O Grupo Alpargatas pretende aplicar o CPC 06 (R2)/IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada simplificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

O Grupo Alpargatas planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06 (R2)/IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 7 e a ICPC 03/IFRIC 4.

O Grupo também planeja aplicar os expedientes práticos previstos na norma relacionados a: (i) não segregação de componentes de não arrendamento existentes nos contratos; e (ii) aplicação de uma taxa única para bens similares aplicáveis a cada país.

### Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro;
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9);
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18 (R2)/IAS 28);
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33/IAS 19);

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas;
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

### (b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os efeitos decorrentes das mudanças dessas normas são os descritos anteriormente.

### (c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os pareceres dos auditores independentes não contiveram ressalvas ou ênfases sobre as demonstrações financeiras de 2016 a 2018.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, as quais correspondem às utilizadas pela Companhia na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento incluem: reconhecimento de vendas, imposto de renda e contribuição social diferido, provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, provisão para perdas esperadas (*Impairment*), provisão para perdas com estoques de giro lento e fora de linha, planos de pensão e assistência médica, avaliação do valor recuperável do ágio, vida útil dos bens do imobilizado e intangível, instrumentos financeiros derivativos, evidenciação de economia hiperinflacionária e plano de incentivo de longo prazo.

As práticas contábeis relevantes estão descritas nas notas explicativas relacionadas aos itens apresentados. Àquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

### a) Avaliação do valor recuperável dos ativos (exceto ágio)

A Companhia e suas controladas revisam o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

### b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

### Operações no exterior com moeda funcional diferente do Real

Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

### c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício estão incluídas nas seguintes itens:

- Aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia hiperinflacionária;
- Reconhecimento da provisão para perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber de clientes;
- Imposto de renda e contribuição social diferido;
- Teste de redução ao valor recuperável de ágio (*impairment*);
- Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- Plano de incentivo de longo prazo;
- Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge (“hedge accounting”).

### d) Instrumentos financeiros

#### Reconhecimento e mensuração inicial dos ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Na nova norma contábil, a menos que um ativo financeiro tenha sido designado no momento inicial ao valor justo por meio do resultado (com o propósito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração contábil), os instrumentos de dívida devem ser classificados subsequentemente como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base nos seguintes itens:

- No modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros;
- Nas características de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros (também denominado teste de “SPPJ” – Somente pagamento de principal e juros).

**Modelos de negócios:** Os modelos de negócios refletem a maneira pela qual o Grupo gerencia seus ativos financeiros de forma a gerar fluxo de caixa, ou seja, a partir dos modelos de negócios o Grupo determina se os fluxos de caixa são procedentes do recebimento de fluxo de caixa contratuais ou ambos, recebimento de fluxo de caixa contratual e vendas. Se nenhum desses dois modelos de negócios for aplicável, então tais ativos financeiros são classificados como parte de “outros” modelos de negócios e mensurados a valor justo por meio do resultado.

Alguns fatores são considerados pelo Grupo na determinação de seus modelos de negócios, que incluem:

- Experiência passada sobre como os fluxos de caixas contratuais são coletados (incluindo avaliação sobre o histórico de vendas dos ativos financeiros);
- Como o desempenho do modelo de negócios e os ativos financeiros mantidos nos modelos de negócios são avaliados e reportados ao pessoal-chave da Administração;

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos nesse modelo de negócios) e, em particular, a forma como esses riscos são gerenciados;
- Como os gestores do negócio são remunerados (por exemplo, se a remuneração se baseia no valor justo dos ativos gerenciados ou nos fluxos de caixa contratuais recebidos).

**SPPJ:** A análise se os fluxos de caixa contratuais que consistem somente pagamento do principal e juros (teste de “SPPJ”) é exigida se o ativo financeiro for mantido em modelo de negócios cujo objetivo seja receber fluxos de caixa contratuais, ou em um modelo cujo o objetivo além do recebimento dos fluxos de caixa contratuais seja de venda desses ativos.

No caso da identificação de ativos financeiros que introduzam exposição a riscos e volatilidades e que sejam inconsistentes ao acordo de empréstimo básico, tais ativos são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**Mensuração subsequente:** Os instrumentos de dívidas são mensurados em uma das seguintes categorias:

- **Custo amortizado:** os ativos financeiros que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, representam somente pagamentos de principal e juros e que não são designados a valor justo por meio do resultado, são mensurados ao custo amortizado. O valor contábil desses ativos é ajustado por provisão para perda de crédito esperada. A receita de juros desses ativos financeiros está incluída na demonstração do resultado na rubrica de “receitas financeiras” usando o método da taxa de juros efetiva.
- A “taxa de juros efetiva” é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** os ativos financeiros que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda, que não são designados ao valor justo por meio do resultado, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As variações no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes dentro do patrimônio líquido, exceto pelo reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável, receita de juros e ganhos/perdas sobre variação cambial que são reconhecidos no resultado do período. A receita de

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

juros desses ativos financeiros está incluída na demonstração do resultado na rubrica de “receitas financeiras” usando o método da taxa de juros efetiva.

- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** os ativos financeiros que não atendem os critérios de custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ganhos/perdas do instrumento de dívida que são subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos como receita ou despesa financeira no resultado do período.

### Passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os passivos financeiros designados como objeto de hedge, para os quais os riscos protegidos são mensurados ao valor justo e passivos financeiros designados ao valor justo no reconhecimento inicial.

Para os passivos mensurados ao valor justo, na designação inicial, a parcela correspondente as variações do risco de crédito próprio da Companhia (denominado “DVA – *Debit Valuation Adjustment*”) é registrada em outros resultados abrangentes (sem reciclagem para o resultado).

### Reclassificação dos ativos e passivos financeiros

As reclassificações dos ativos financeiros ocorrem apenas se algum modelo de negócios do Grupo for alterado, dessa forma sendo infrequente a ocorrência de reclassificações. No caso da ocorrência de reclassificação, a mesma é aplicada de forma prospectiva (a partir da data de reclassificação).

Os passivos financeiros não são reclassificados.

### Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são representados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e elegível de composição dos montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de “hedge”

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos para se proteger do risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de “hedge” são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é firmado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

### Hedges de fluxo de caixa

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros.

A parcela efetiva das variações do valor justo dos instrumentos qualificados como hedge de fluxo de caixa é registrada no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado à parcela ineficaz é reconhecido no resultado do exercício, em receita (despesa) financeira.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados para o resultado do exercício nos períodos em que o item protegido por “hedge” afeta o resultado do exercício. Além disso, quando a operação prevista protegida por “hedge” resultar no reconhecimento de um ativo não financeiro, os ganhos e perdas previamente diferidos no patrimônio líquido são transferidos e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo.

### e) Benefícios a empregados

#### Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

#### Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

#### Planos de benefício definido

A obrigação líquida do Grupo para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os beneficiados receberão como retorno pelos serviços prestados em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para o Grupo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anualmente para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem à definição de imposto de renda e, portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

### g) Capital social

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

### h) Arrendamentos

No início do contrato, o Grupo determina se ele é ou contém um arrendamento. No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, o Grupo separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento.

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

### i) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

## **10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

Não existem ativos, passivos ou quaisquer outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Alpargatas.

## 10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

- (a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

Não aplicável.

- (b) natureza e o propósito da operação**

Não aplicável.

- (c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação**

Não aplicável.

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

### (a) investimentos:

#### (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Visando cumprir o plano de negócios e crescimento da Alpargatas estão previstos investimentos em manutenção e melhoria do atual parque fabril, tecnologia da informação, internacionalização, desenvolvimento de novos produtos, abertura e adequação de lojas e meio ambiente. O orçamento de capital previsto para 2019 é de R\$ 129,6 milhões.

#### (ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Alpargatas pretende usar recursos próprios e/ou créditos junto a instituições financeiras.

#### (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável

### (b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Nos anos de 2016 a 2018 não foram adquiridos ativos que influenciassem materialmente na capacidade produtiva.

### (c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Alpargatas realiza investimentos permanentes em pesquisas e desenvolvimento de novos produtos. As coleções de sandálias, calçados e vestuários esportivos são renovadas anualmente. Os gastos com pesquisas e desenvolvimento de produtos em 2018 foram de R\$ 18,8, em 2017 foram R\$ 17,5 milhões e em 2016 foram de R\$ 19,7 milhões.

## 10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Os principais itens que afetaram de maneira relevante o desempenho operacional da companhia e que foram descritos anteriormente são os seguintes:

- Venda de parte das ações da ASAIC;
- Ajuste de hiperinflação; e
- Reconhecimento de créditos tributários.